

A diarquia sueva: sociedade e poder no *regnum* dos Quados ocidentais e no *Regnum Suevorum* (358–585 d.C.)

*Investigador independente.
E-mail: jose.galazak@gmail.com

José Galazak*

Resumo Foi a dupla nomeação de Maldras como *rex Suevorum* em 456/457 e a crescente convicção de que esta era a “chave” para abrirmos a porta do desconhecido mundo dos Suevos que nos conduziu ao presente trabalho. Aqui defendemos que 1) os Quados de Amiano Marcelino e os Suevos são o mesmo povo em diferentes momentos históricos; 2) foram os Quados ocidentais que acompanharam os Alanos e os Vândalos (Asdingos e Silingos) na invasão da Gália em 406/407; 3) o *Regnum Suevorum* mais não é que a reconstituição do *regnum* dos Quados ocidentais, tal como Amiano Marcelino no-lo descreve em 358; 4) a monarquia sueva era de facto uma diarquia; 5) os Suevos constituíam uma união de dois grupos diferentes, a saber: i) os *Baemi*, governados pela *stirps regia* e que compreendia os descendentes dos antigos seguidores de Maroboduus e de Catualda, maioritariamente Marcomanos e ii) uma tribo quada, à qual pertenciam Heremigarius, Massila, Maldras e Frumário, e onde teve lugar a primeira das duas nomeações de Maldras como rei (na verdade o seu estatuto original não era o de rei, mas de *subregulus*).

Abstract It was the dual appointment of Maldras as *rex Suevorum* in 456/457 and the growing conviction that this was the ‘key’ to open the door to the unknown world of the Sueves who led us to this paper. We argue here that 1) the Quadi of Ammianus Marcellinus and the Sueves are the same people in different historical moments; 2) it was the Western Quadi who followed the Alans and Vandals (Asdingi and Silingi) in the invasion of Gaul in 406/407; 3) the *Regnum Suevorum* is the reconstitution of the *regnum* of Western Quadi as Ammianus Marcellinus described it in 358; 4) the Suevian monarchy was in fact a diarchy; 5) the Sueves were a union of two different groups, namely i) the *Baemi*, ruled by the *stirps regia* and which included the descendants of former followers of Maroboduus and Catualda, mostly Marcomanni and ii) a quadian tribe, to which Heremigarius, Massila, Maldras and Frumarius belonged and where was held the first of the two appointments of Maldras as king (in fact his original status was not king but *subregulus*).

1. Introdução

Durante mais de duzentos anos, entre os *Commentarii de Bello Gallico* de Júlio César e a *Geographia* de Ptolomeu, os Suevos ocupam aos olhos dos autores clássicos um lugar de destaque entre os Germanos, equiparando-se mesmo os limites da *Suebia* aos da própria *Germania*. Não é por acaso que Tácito G. 38 completa a descrição da Germânia com um contundente “Este é o fim da Suévia” [*Hic Suabiae finis*]. O nome desaparece em meados do século II — as pontuais reaparições ficam a dever-se quase sempre à pena dos poetas (Drinkwater, 2007, p. 168) — para voltar a surgir em 406, depois de dois séculos e meio de ausência. Este indestrinçável mistério do desaparecimento e do reaparecimento dos Suevos permitiu a sobrevivência de todas as teorias sobre a origem do povo que em 411 se instala na *Dioecesis Hispaniarum*.

Nos séculos V e VI temos Suevos i) no noroeste da Península Ibérica, onde sobrevivem até à sua definitiva conquista pelos Godos; ii) no Danúbio central, onde sobrevivem pelo menos até 568, ano em que temos conhecimento de que alguns grupos acompanham os Lombardos na conquista da Itália (Thompson, 2002, p. 152). Neste cenário algumas perguntas se impõem: 1) Por onde andaram os Suevos durante 250 anos, até ao seu reaparecimento em 406? 2) Qual é o povo que a partir de 406 as fontes clássicas passam a designar por *Sueb*? 3) Não havendo relatos sobre os Suevos durante 250 anos não será lícito concluir que os Suevos da Península Ibérica e os Suevos do Danúbio central, contemporâneos durante os séculos V e VI, tenham uma origem comum? 4) Não devemos igualmente concluir que estes dois povos, tão afastados geograficamente e que no século V dão a si próprios um nome coletivo há muito em desuso, tenham tomado a decisão de o readotar quando ainda viviam juntos, antes da migração de 406? Como teremos oportunidade de verificar, estas quatro questões formam *grossa modo* a superestrutura do nosso trabalho.

A identificação dos Suevos com os Quados (também designados Quados-Suevos) reuniu um largo consenso entre os historiadores peninsulares, nomeadamente Menéndez Pidal, Wilhelm Reinhart, Manuel Torres, Casimiro Torres

Rodríguez, Silva Pinto e outros (Laitenberger, 1998, p. XXVII). Esta teoria é igualmente defendida por vários historiadores extra-peninsulares, tais como Ferdinand Lot (1947, p. 395), J. B. Bury (1958, p. 186), Herwig Wolfram (1997, p. 160), Peter Heather (1998, p. 107), E. A. Thompson (2002, p. 152), Hans Hummer (1998a, p. 17), Walter Pohl (2004, pp. 35–36) e Walter A. Goffart (2006, pp. 82–83), só para citar alguns. Contudo, mesmo com esta rara unanimidade, este foi sempre um tema pouco amado pelos investigadores, nunca merecendo mais que algumas breves linhas nos seus trabalhos. Foi a necessidade de reparar essa “injustiça” e a dolorosa consciência de que muitos dos trabalhos sobre a sociedade sueva concluíam a partir de premissas erradas, que nos conduziram ao presente trabalho. Mas não só.

Em 1996, no decurso do Colóquio Internacional *Suevos – Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411–585)*, promovido pela Universidade do Minho, Alberto Ferreiro (1998, p. 62) escrevia: *The group of Portuguese scholars at this Colloquium from Braga and other sites has all the makings of a nucleus of researchers dedicated to Germanic studies. Portugal needs here what occurred in the last several decades mainly at the Universities of Barcelona and Extremadura: the mentoring of younger scholars who are now leading the way in Visigothic studies in Spain*. Quinze anos depois é com grande pesar que verificamos que não se concretizaram as expectativas de Alberto Ferreiro (essa falta, sentida em todo o mundo lusófono, acabaria por ser solucionada pelo Brasil, tendo nascido no seio da ABREM — Associação Brasileira de Estudos Medievais — um brilhante grupo de investigadores dedicado aos estudos germânicos, hoje talvez dos mais dinâmicos a nível mundial).

Quando se cumprem 1600 anos sobre a fundação do *Regnum Suevorum* damos à estampa o presente trabalho. Com ele celebramos a fundação do primeiro reino bárbaro do Ocidente e redesenhamos a sociedade sueva dos séculos V e VI. Mas a nossa ambição vai mais longe. Acreditamos que o nosso trabalho, desmistificando muitas “verdades” sobre o mundo dos Quados-Suevos e abrindo novas portas à investigação, tem todas as condições para servir como elemento agregador para os investigadores nacionais.

Talvez possamos finalmente assistir ao nascimento do “núcleo de especialistas portugueses dedicado aos estudos germânicos”, com que sonhava Alberto Ferreiro em 1996.

2. A origem dos Quados

Estrabão é o primeiro dos autores clássicos a fazer referência aos Quados, identificando-os como uma das várias tribos suevas que viviam na *Hercynia Sylva*, onde Maroboduus — rei dos Marcomanos e depois líder das *nationes* suevas — dominava desde o ano 9 a.C., quando tinha ocupado a Boémia deixada vaga pelos *Boii*, uma grande nação celta, e aí consolidara um reino que não tinha rival na *Germania* (Bang, 1957, pp. 196–197). Tudo indica que os Quados teriam sido pioneiros na expansão germânica para sueste, sendo eles os responsáveis pela destruição dos *Volcae Tectosages*, um povo celta que ocupava a Morávia. Podemos situar o avanço dos Quados algures entre o ano 60 a.C., quando supostamente os *Boii* abandonam a Boémia, e o ano 15 a.C., quando o *Noricum* passa para as mãos de Roma (Bang, 1957, pp. 196–197).

É o infortúnio de Maroboduus que arranca os Quados do anonimato cerca do ano 20 d.C. Tácito *Annales* *lb. II–12* dá-nos os pormenores: Maroboduus unira as nações suevas e organizara um poderoso reino centrado na “sua” Boémia, um reino que dispunha de um bem organizado exército de 70 000 homens e onde não faltava uma formidável força de cavalaria constituída por 4000 ginetes. Procurando impor uma estrutura vertical de poder Maroboduus tornara-se um *tyrannus*, e por esse facto vira-se abandonado pelos *Semnones* e pelos *Lombardos*. A sua boa estrela apagar-se-ia definitivamente quando um jovem de nobre nascimento, de nome Catualda [*nobilis iuvenis nomine Catualda*], por si exilado no país dos *Gotones*, regressa apoiado por grandes forças e, corrompendo os nobres para se lhe juntarem [*corruptisque primoribus ad societatem*] acaba por se impor como rei. Maroboduus tem de fugir para salvar a vida e, sendo-lhe concedido exílio no Império, cruza o Danúbio na província do *Noricum* [*transgressus Danuvium, qua Noricam provinciam praefluit*], onde tudo indica

os seus seguidores permanecerão quando o rei é conduzido ao exílio final, Ravena. Pouco tempo depois Catualda receberá o mesmo destino de Maroboduus, e também ele terá de procurar exílio no Império (será definitivamente instalado em *Forum Iulii*, na Gália *Narbonense*). Mas uma multidão de *Marcomanos*, antigos servidores dos dois reis [*barbari utrumque comitati*] que os tinham acompanhado, tinha sido provisoriamente instalada por Druso César dentro das fronteiras do Império, no *Noricum*. Receando pela tranquilidade das províncias, Roma quer encontrar rapidamente uma solução para os *Marcomanos* que “herdou”. Acabará por instalá-los definitivamente além do Danúbio [*Danuvium ultra*], entre os rios *Marus* e *Cusus* (*Morava* e *Váh*), dando-lhes um novo rei, *Vannius*, da nação dos Quados [*Vannio gentis Quadorum*].

Não conhecemos o percurso de *Vannius* antes de Druso César o escolher para reinar sobre os *Marcomanos* refugiados no Império, mas acreditamos que já fosse rei dos Quados. Neste aspecto discordamos de Pitts (1989, p. 47). De uma forma indirecta temos a informação de que pertencia à *stirps regia* fundada por *Tudrus*, de onde sairão os reis dos Quados durante todo o século I — *Vannius*, *Vangio*, *Sido* e *Italicus*, todos da mesma família, governam, no mínimo, até ao ano de 69, o Ano dos Quatro Imperadores, quando os dois últimos [*Sido atque Italicus reges Sueborum*] combatem ao lado de *Vespasiano*. Tácito *Ger. 62* diz-nos que até ao seu tempo (finais do século I) conservaram os Quados reis da nobre família de *Tudrus*.

Mas quem são exactamente esses *Marcomanos* que no ano 20 se instalam entre os rios *Morava* e *Váh*, sob o governo de *Vannius*? Tácito não é claro neste ponto. Mas olhando a sociedade que ele tão bem nos descreve na *Germania* temos de concluir que estamos na presença dos nobres [*primores*] que tinham servido *Maroboduus* e *Catualda* e que, receando pelas suas vidas, tinham seguido os reis no caminho do exílio. Com eles estavam as suas famílias, os seus servidores e os seus séquitos armados. *Malcolm Todd* é neste campo de uma grande ajuda para nós:

The retinue of a chieftain consisted of leading warriors, bound to him by bonds of loyalty,

expressed by service on the battlefield and rewarded by gifts resulting from successful exploits there... The retinue of a successful leader could be drawn from several tribes and its military objectives were those of its leader, not of a tribe. (Todd, 1995, p. 31)

Nobres que tinham perdido os vínculos com as suas tribos de origem e que construíram o seu próprio poder na sombra dos reis, eis os Marcomanos que recebem Vannius como rei e que o ajudarão a consolidar o seu *regnum Vannianum*. Habitados ao poder, tinham feito parte do círculo próximo de Maroboduus e de Catualda, aos quais estavam ligados por laços de fidelidade, e seguramente irão estabelecer com Vannius uma relação semelhante. Cada um deles traz consigo o seu *comitatus*, o seu séquito armado, que coloca à disposição do rei. Pois como nos lembra Tácito *Ger.*, 13 “é o séquito que dá dignidade e poder”. E estes nobres Marcomanos, companheiros de reis poderosos, sabem-no melhor que ninguém. Não temos informações directas que nos permitam compreender até que ponto estes poderosos exilados marcomanos influenciaram o mundo dos Quados, mas a sua influência deve ter sido enorme. A maioria dos investigadores passa rapidamente sobre este tema incómodo, limitando-se a reproduzir os sintéticos testemunhos de Tácito, desprezando um facto essencial: os Marcomanos de Vannius são instalados por Roma num território que, até ao século IV, todas as fontes clássicas definem como habitados por Quados, não por Marcomanos. Não havendo qualquer referência sobre uma eventual deslocação destas populações marcomanas instaladas no ano 20 “entre os rios Marus e Cusus”, e havendo uma quase sobreposição entre o território atribuído aos Marcomanos pelo filho de Tibério e o território que historicamente é atribuído aos Quados, só podemos concluir que uma parte dos Quados que encontramos nos séculos II a IV é descendente dos Marcomanos de Vannius. Como teremos oportunidade de demonstrar estes Quados de raça marcomana davam a si próprios o nome de *Baemi* — é assim que Ptolomeu os identifica — e muito provavelmente terão usado este etnónimo até ao último quartel do século IV, quando o antigo nome *Suebi*, abandonado há mais de

duzentos anos, é recuperado para designar as duas *nationes* germânicas que durante quatro séculos vivem lado a lado no SW da Eslováquia, os *Baemi* e os *Quadi*.

3. Os *Baemi* de Ptolomeu

Escrevendo cerca de 150 d.C., Ptolomeu II, 10 descreve deste modo o “País dos Quados”:

Au-dessous de la forêt d'Hercinie sont les Quades, sous lesquels sont des mines de fer; & la forêt de Luna, au-dessous de laquelle est un grand peuple nommé Baemi, jusqu'au Danube. Près de ce fleuve cette nation est limitrophe à celle des Teracatriae; puis enfin les Racatae voisins des plaines (La Martinière, 1732, p. 148).

Esta é a complexa malha étnica do SW da Eslováquia, pouco antes da eclosão das Guerras Marcomanas. Os Quados propriamente ditos vivem no interior, afastados do Danúbio. No ocidente, num vasto território a leste dos Pequenos Cárpatos e até ao Danúbio vivem os *Baemi*. A leste destes vivem os *Teracatriae*; e nos campos vizinhos os *Racatae*. Neste território identifica Ptolomeu II.11 onze *civitates*: *Anduaetum*, *Celemantia*, *Singona*, *Arsicua*, *Anavum*, *Eburum*, *Parienna*, *Setovia*, *Asanca*, *Carrodunum* e *Leucaristos*. Deste modo temos quatro *populi* (com um quinto *populus* subentendido) e onze *civitates*. Sendo os Quados o objeto do nosso estudo, é importante que identifiquemos as suas “cidades”.

Conhecemos a correspondência entre *populi* e *civitates* no mundo romano. Só no *Conventus Bracarum* — para tomarmos um exemplo que nos é familiar — Plínio identifica vinte e quatro *civitates*, que no tempo de Augusto eram ainda *populi* governados pelos seus *principes* (Alarcão, 1998, p. 51). Estaremos também no SW da Eslováquia na presença de grandes unidades de organização social que funcionam de forma autónoma e em tudo se assemelham aos *populi*? Acreditamos que sim, sobretudo entre os Quados. A verdade é que a palavra *civitas*, aplicada ao mundo germânico (onde Tácito G. 16 claramente nos diz não existirem cidades) só pode ter a

significação de *populi*. Temos assim vizinhos do Danúbio três *populi* (*Baemi*, *Teracatriae* e *Racatae*) e três *civitates* (*Anduaetum*, *Celemantia* e *Anavum*). Definitivamente estas três *civitates* não pertencem aos Quados.

Não sabemos quem eram os *Teracatriae* e os *Racatae*. Admitimos que fossem populações de origem céltica, talvez dois *populi* que tinham sobrevivido à destruição dos *Volcae Tectosages* e que, pressionados primeiro pelos Quados e depois pelos exilados marcomanos, teriam acabado acantonados na margem esquerda do Danúbio. Significativamente *Celemantia* e *Anavum* situam-se ambas a leste do rio Váh. Os *Teracatriae* e os *Racatae* não seriam, de resto, as únicas populações célticas a habitar a região. Na *Germania* 43 já Tácito nos informa de que os *Cotini*, que falavam uma língua céltica, estavam na dependência dos Quados, aos quais tinham de pagar tributo. Ptolomeu faz referência às minas de ferro a sul dos Quados, o que está de acordo com a informação de Tácito de que “os *Cotini*, para maior vergonha, até mineram ferro”. Estes *Cotini*, uma população céltica, teriam como *civitas* a única das localidades cujo nome nos surge como inquestionavelmente céltico, *Carrodunum*. Tudo indica que as restantes sete *civitates* — *Singona*, *Arsicua*, *Leugaricio*, *Eburum*, *Parienna*, *Setovia* e *Asanca* — seriam habitadas pelos Quados.

Conhecemos bem a localização de algumas destas *civitates*. *Leugaricio* pode ser identificada com precisão pela placa encontrada em Trenčín e aí deixada em 179/180 d.C. por Valerius Maximianus, o “comandante dos destacamentos a invernar em *Leugaricio*” [*praepositus vexillationum Leugaricione hiemantium*] (Campbell, 2006, p. 31) para celebrar a sua presença naquele que seria o mais setentrional ponto de penetração das forças romanas na Europa central (Škvarna, 2002, p. 15). *Celemantia* é o forte de Iža-Leányvár, a curta distância de Brigetio (Mócsy, 1974, p. 110). E *Singona* situar-se-ia nas nas margens do rio Nitra, nas proximidades do complexo arqueológico de Milanovce, a nordeste de *Celemantia* e a 50 km do Danúbio. *Arsicua* é a *civitas* mais próxima de *Singona*.

Nas coordenadas que Ptolomeu fornece para todas estas *civitates* há uma regularidade nas distâncias entre *Celemantia*, *Singona* e *Arsicua*

(47° 40' | 48° 15' | 49° 00'), surgindo-nos sempre a distância de 50 km (= duas jornadas) entre elas, o que nos é confirmado pelos 150 km que separam Trenčín/*Leugaricio* do Danúbio. Tudo indica que os lugares centrais das *civitates* dos Quados distavam entre si duas jornadas, ficando o lugar mais distante de cada *civitas* a um simples dia de marcha — o que está de acordo com o que propõe Hans Delbrück (1990, p. 24) quanto à dimensão dos territórios das tribos germânicas, onde distâncias superiores a um dia de marcha condicionavam a presença dos clãs/aldeias nas assembleias. Podemos admitir deste modo que em meados do século II cada *civitas* dos Quados dispunha de uma área próxima dos 2000 km². Como teremos oportunidade de confirmar, entre meados do século II e a segunda metade do século IV os Quados expandem o seu território através dos *Sarmatici Montes*, ocupando inclusivamente a franja setentrional da *Sarmatia*. Poderíamos atribuir este fenómeno de deslocação dos Quados para leste às Guerras Marcomanas (166-180 d.C.), onde as populações ameaçadas tenderiam naturalmente a fugir do teatro de guerra. Mas a verdade é que em meados do século II já os Quados se encontravam bem instalados na zona central da atual Eslováquia.

A julgar pelas coordenadas de Ptolomeu, *Asanca* (43° 00' / 50° 20') e *Aquincum* (43° 00' / 47° 00') situam-se no mesmo meridiano, donde podemos concluir que os Quados, tendo subido o curso do rio Gránua, tinham ocupado os férteis vales entre as cidades de Banská Bystrica e Zvolen, ambas no mesmo meridiano de Budapeste. E muito seguramente eram as *civitates* do leste que controlavam os *Cotini*, cujo país ficava “entre o território dos Quados e o território dos Sármatas” (Kovács, 2009, p. 119). A capital dos *Cotini*, *Carrodunum*, que Ptolomeu erradamente indica a norte das cidades dos Quados, ficaria deste modo a sul ou sudeste, nas proximidades dos Montes Metalíferos Eslovacos — o que está de acordo com a informação de que “*sous les Quades sont des mines de fer*”.

A mais ocidental deste conjunto de “cidades” referenciadas por Ptolomeu é *Anduaetum*, que as coordenadas indicam distar cerca de duas jornadas de *Celemantia*. *Anduaetum* situa-se claramente no território dos *Baemi*, que como

vimos ocupam todo o ocidente daquele que será o território tradicional dos Quados, a leste dos Pequenos Cárpatos e dos Cárpatos Brancos. Traçando uma linha meridiana a partir de Celemantia podemos verificar que a mesma intercepta Eburum, a mais ocidental das “cidades” dos Quados. Todo o território para ocidente, até à *Luna Sylva*, é território dos *Baemi*.

Mas quem são afinal estes *Baemi* que Ptolomeu nos diz serem muito numerosos [*magna gens Baemorum*] e que ocupam o mesmo território onde no ano 20 d.C. são instalados os antigos seguidores dos reis Maroboduus e Catualda? Que relação há entre uns e outros? Acreditamos que *Baemi* é a designação que os descendentes dos exilados marcomanos dão a si mesmos no segundo quartel do século II, deste modo vincando a sua origem distinta em relação aos Quados. Ptolomeu reconhecerá essa diferença e, ao contrário de outros autores clássicos antes e depois dele, não amalgamará todas as populações germânicas dependentes do *rex Quadorum*.

Baemi é um etnónimo que tem a sua origem no corónimo *Boihaemum* — assim designa Tácito G. 28.2 a pátria dos *Boii*, abandonada por estes cerca de 60 a.C., quando os primeiros Germanos começam a avançar sobre o Erzgebirge e os Sudetas (Bang, 1967, p. 197) e depois ocupada pelos Marcomanos de Maroboduus. *Boihaemum* é afinal o germânico **Baihaima-* (depois *Behaim*, hoje *Böhmen*) (Bostock, 1976, p. 21), tudo indica uma adaptação germânica da designação original, onde o primeiro elemento é o céltico *Boii* e o segundo elemento o PG **haimaz*, **haimiz* “casa, lugar, país”.

Com os *Baemi* tudo indica estarmos em presença dos netos e dos bisnetos dos homens que deram corpo ao *Regnum Vannianum*. Aqui o parentesco não dominava as relações sociais. A feliz expressão de Alain Marie (1978, p. 154) “Para além do parentesco não há nada” não tem lugar a Oeste do rio Váh, onde é possível que a sociedade criada por Vannius tenha encontrado um caminho próprio. Seguramente que a origem não gentílica destas populações — eram descendentes dos antigos *comitatus* de Maroboduus e de Catualda, e como tal um povo feito de muitos povos — não lhes permitia reivindicar um antepassado lendário que os aparentasse biologicamente. Mas a adoção do

etnónimo *Baemi* indica que era muito forte entre eles o parentesco ideológico. **Baihaima-* era o berço mítico de todas as linhagens.

4. Os Quados na segunda metade do século IV

Iremos agora voltar a nossa atenção para o “País dos Quados” na segunda metade do século IV. Defendendo neste trabalho a correspondência entre Quados do século IV e Suevos do século V, melhor se compreende que nos concentremos no estudo dos primeiros. E temos matéria-prima para trabalhar. Como bem refere Santos Yanguas (1976, p. 114), logo a seguir aos Alamanos são os Quados o povo germânico que maior destaque merece na obra de Amiano Marcelino e o melhor descrito quanto à sua organização social e política.

Em 358 d.C., escassas duas gerações antes da expedição de 406 que levaria Alanos, Vândalos e Suevos a caminhar sobre o Reno gelado e a rasgar definitivamente as fronteiras do Império, Amiano Marcelino XVII.12.12-21 identifica no país dos Quados dois *regales*: Araharius e Vitrodorus. O primeiro governa uma parte dos Quados e dos *Transiugitani*, sendo ainda suserano de Usafer, um *princeps* sármata que se lhe submetera com a sua tribo, tornando-se assim seu *subregulus*. Araharius era um grande senhor e dispunha de um poder militar temível. Vitrodorus, por seu lado, governa no extremo ocidental do país dos Quados, frente a Brigetio. Aqui a paz ainda não chegara, mas a vinda de Constâncio II com as suas legiões não demorou a mudar o estado de coisas. E Vitrodorus, o filho do rei Viduarius, veio ao encontro do imperador, acompanhado do seu *subregulus*, Agilimundus, e com eles vieram os nobres e os juizes que governavam os povos. E a paz foi restabelecida.

Temos aqui, claramente identificados, dois *regna* entre os Quados, um relativamente próximo do Danúbio, na latitude de Brigetio, e um segundo mais afastado, numa zona montanhosa, no interior e vizinho da *Sarmatia*. Há na verdade dois mundos distintos no país dos Quados: um compreende o Danúbio e os rios que lhe são tributários a leste dos Pequenos Cárpatos e dos Cárpatos Brancos (Váh

e Gránua), o coração do país dos Quados; o outro compreende as zonas montanhosas para leste e para nordeste, abrangendo um vasto território que abrange os *Sarmatici Montes*. Este mundo de serras, colinas e vales, a norte das planícies onde os Sármatas lázíges pascentam os seus rebanhos, é o mundo do poderoso Araharius.

Mas os dois *regna* não abrangem todos os Quados, pois temos a informação de que, depois de Araharius ter sido perdoado, outros Quados envolvidos na guerra procuram a mesma graça. Isso mesmo nos relata Amiano Marcelino XVII.12.16:

Ce fut alors une affluence infinie de peuplades et de rois qui arrivaient à la file, et qui, apprenant qu'Araharius avait obtenu sa grace, venaient aussi nous supplier d'écarter le glaive suspendu sur leurs têtes (Nisard, 1860, p. 86).

Ingererat autem se post haec maximus numerus catervarum confluentium nationum et regum, suspendi a iugulis suis gladios obsecrantium, postquam Araharium impune compererat abcessisse.

Amiano identifica claramente aqueles que se dirigem ao imperador. Falando destes Quados define-os como “nações e reis” [*nationum et regum*]. Não temos razões para duvidar estarmos na presença de uma terceira entidade política, uma entidade que vem à presença do imperador com todos os seus *reges* (há uma inquestionável ironia nesta designação, pois como veremos outros reis mais poderosos são apenas designados por *regales*). São pequenos reinos que ocupam uma significativa parte da bacia hidrográfica do Gránua, rio que já no tempo de Marco Aurélio constituía inquestionável território dos Quados e onde o imperador-filósofo, no intervalo da guerra, escreveu o segundo livro das *Meditações*, pois ele mesmo no-lo diz em lugar de destaque: “*Written among the Quadi on the Granua*” (Birley, 2000, p. 215). Ocupando territórios independentes mas contíguos, estes pequenos reinos lograram escapar à força centrípeta dos *regna* de Vitrodorus e de Araharius.

Deste modo, na segunda metade do século IV, temos o país dos Quados dividido em três

entidades bem distintas, a saber: 1) o *regnum* de Vitrodorus; 2) o *regnum* de Araharius; 3) os pequenos *regna* do rio Gránua (eventualmente unidos por um pacto de defesa). No seu todo estas três entidades formariam a confederação dos Quados, das quais Viduarius era o último *rex* reconhecido pelas autoridades romanas. Definitivamente os Quados do século IV não eram uma tribo unitária, sequer uma confederação de tribos. Eram uma confederação de *regna*, onde dois grandes reinos claramente se destacavam sobre os restantes. Neste ponto Amiano não nos deixa quaisquer dúvidas.

5. O reino dos Quados ocidentais

Walter Goffart, analisando o Reino dos Suevos que nasce na Península Ibérica em 411, estranhamente conclui que “*Not even the embryo of such a kingdom existed in barbaricum awaiting transfer to Roman soil*” (Goffart, 2006, p. 82). Mas a verdade é que o próprio Amiano Marcelino XVII.12.21 desmente Goffart. Recordemos o que ele nos diz sobre os Quados ocidentais:

When these matters had been concluded in the territories of the barbarians, the camp was moved to Bregetio, that there also the emperor might, by subjugation or slaughter, terminate the war with the Quadi, who were keeping that district in a state of agitation. Their prince Vitrodorus, the son of king Viduarius, and Agilimundus, an inferior chieftain, with the other nobles and judges who governed the different tribes, as soon as they saw the imperial army in the bosom of their kingdom and of their native land, threw themselves at the feet of the soldiers, and having obtained pardon, promised obedience; and gave their children as hostages for the performance of the conditions imposed upon them; and drawing their swords, which they worship as deities, they swore to remain faithful. (Yonge, 1862, pp. 150–151).

His in barbarico gestis Bregetionem castra commota sunt, ut etiam ibi belli Quadorum reliquias circa illos agitantium tractus lacrimae vel sanguis extingueret. Quorum regalis

Vitrodorus Viduari filius regis et Agilimundus subregulus aliique optimates et iudices variis populis praesidentes viso exercitu in gremio regni solique genitalis sub gressibus iacuere militum et adepti veniam iussa fecerunt, sobolemque suam obsidatus pignore ut obsecuturi condicionibus inpositis tradiderunt eductisque mucronibus, quos pro numinibus colunt, iuravere se permansuros in fide.

O historiador romano identifica claramente a estrutura de poder dentro do reino dos Quados ocidentais, dando-nos a certeza de estarmos na presença de um *regnum* bem organizado, um *regnum* que antecipa em muitas décadas os reinos germânicos que ao longo dos séculos V e VI irão nascer sobre as ruínas do Império Romano. A pirâmide hierárquica é perfeita: o rei está no topo, os homens livres estão na base, e entre o rei e o povo interpõem-se vários poderes: i) *rex*; ii) *regalis*; iii) *subregulus*; iv) *optimates et iudices*; v) *populi*. Mas para melhor compreendermos a organização social e política dos Quados ocidentais é obrigatório analisarmos primeiro cada um destes poderes.

5.1. O poder dos reis

O *rex Quadorum* era o interlocutor privilegiado das autoridades romanas junto da confederação dos Quados. Era ele quem recebia o *tributum* anual pago por Roma (que eventualmente distribuiria pelos elementos da confederação) e era ele quem respondia pela paz na fronteira do Danúbio central. O cargo concedia-lhe inegáveis privilégios, mas também o obrigava a um conjunto de deveres para com o Império. Quando as coisas corriam mal era o *rex Quadorum* quem respondia perante as autoridades romanas, chegando *in extremis* a pagar com a vida quando não conseguia controlar os elementos da confederação. Parece ser o caso de Gaiobomarus, que é pessoalmente julgado por Caracala e condenado à morte (Dio LXXVII 20.3), tudo indica para punir uma invasão da Panónia ocorrida em 212 ou 213 (Mócsy, 1974, p. 199). O *rex Quadorum* era o legítimo rei dos Quados — e não era menor esta questão aos olhos de um romano. Nação-tampão para protecção do Império

no Danúbio central, os reis das tribos raramente terão tido liberdade para — sem a interferência romana — escolher um rei que representasse a confederação junto do Império e a comandasse em tempo de guerra. No seu interesse Roma sempre favoreceu a autocracia dos reis no *barbaricum*, e o *rex Quadorum* não foi excepção. Abria generosamente os seus cofres e dava aos reis os meios para que estes pudessem consolidar o seu poder e o seu prestígio, exigindo-lhes em troca apenas fidelidade ao Império e a garantia de paz nas voláteis fronteiras do Danúbio central. Fora assim com Vannius, durante trinta anos, e depois com os seus sobrinhos Vangio, Sido e Italicus. Durante os séculos I e II o modelo ter-se-á aperfeiçoado, sempre com o ouro e a prata de Roma a laurear o *rex Quadorum*. Se tivermos em conta que Quados e Romanos foram vizinhos no Danúbio central durante quatrocentos anos, a verdade é que, tirando as Guerras Suévicas, as Guerras Marcomanas e alguns confrontos esporádicos, alguns deles por clara responsabilidade das autoridades romanas, é a paz e não a guerra que caracteriza as relações entre os dois povos. A expressão utilizada por Pitts (1989, p. 53) para designar a natureza da relação política da confederação dos Quados com Roma — “friendly independence” — sintetiza bem os quatrocentos anos de história comum dos dois vizinhos do Danúbio central.

Os Quados tinham liberdade para eleger o *rex Quadorum*, mas tudo indica que a sua escolha teria de ser confirmada pelas autoridades romanas, como nos mostra uma moeda de Antonino Pio (138–161), com a legenda ‘*rex Quadis datus*’, onde o rei quado e o imperador, significativamente apresentados numa mesma escala, ou seja, como iguais, dão as mãos (Pitts, 1989, p. 49). É Tácito G. 42 quem nos diz que os Quados tinham reis pela graça de Roma. No final do século I a dinastia de Tudrus, o eventual fundador da primeira *stirps regia* dos Quados, terá sido substituída por uma dinastia de origem estrangeira.

Durante as Guerras Marcomanas os Quados irão depor Furtius, um rei imposto por Marco Aurélio, e escolher para seu lugar Ariogaesus. O imperador recusa-se a confirmar o novo rei, não renova o tratado de paz e acaba por pôr a cabeça de Ariogaesus a prémio, oferecendo mil moedas de ouro a quem lho trouxer vivo e quinhentas moedas

de ouro a quem lhe trouxer a sua cabeça. Na paz ou na guerra Roma tinha sempre a última palavra na escolha do rei dos Quados.

Até ao século IV as tribos germânicas do *barbaricum*, a leste do Reno e a norte do Danúbio, viviam sedentárias em pequenas aldeias onde praticavam a agricultura, fazendo parte de cantões controlados por chefes locais que recebiam subsídios de Roma, habitualmente pagos em *denarii* de prata (Mitchell, 2007, p. 192). Mais que as armas de Roma, era o dinheiro de Roma o garante da paz entre o Império e os Bárbaros. E foi seguramente a prata de Roma que em meados do século IV tornou possível a construção de um conjunto de “edifícios de prestígio” de *ritu Romano* no SW da Eslováquia, no reino dos Quados ocidentais. Durante muito tempo estes edifícios — a exemplo de outros encontrados no *barbaricum* — foram considerados habitações romanas, habitadas por *Romani*, mas essa teoria foi abandonada nos últimos anos e hoje a maioria dessas construções são tidas como centros de poder de príncipes germanos (Pitts, 1987, p. 235). A leste dos Pequenos Cárpatos foram identificados até ao momento dois complexos arqueológicos deste tipo, um em Cífer-Pác, o outro em Milanovce, distando entre si cerca de 50 km.

O mais espectacular é, inegavelmente, Cífer-Pác, o mais ocidental dos dois, situado entre o rio Váh e os Pequenos Cárpatos, a cerca de 40 km do Danúbio. A sua ocupação terá tido início nos primeiros anos do século II, mas é no século IV que recai o principal período de ocupação, mais precisamente no reinado de Constâncio II (Pitts, 1987, pp. 231–232). É nesta altura, alguns anos antes da guerra de 358, que terá sido construído o grande edifício de pedra (24,8 x 16,45 m) revestido com *tegulae*, assim como treze outros edifícios de menor dimensão, com paredes de pedra e barro. Uma paliçada retangular, com 60 x 70 m, construída sem grandes preocupações defensivas, cerca o conjunto. No exterior do recinto encontramos um segundo edifício de pedra, menor (11,1 m x 8,38 m), e casas estilo *Grubenhäuser* de diversos tamanhos (as duas maiores, 9 x 6 m e 11 x 14 m, apresentam cobertura de *tegulae*), assim como dois fornos e dois poços (Pitts, 1987, pp. 231–232).

O segundo complexo arqueológico situa-se em

Milanovce, no vale do rio Nitra, a cerca de 50 km a norte do Danúbio. Com uma ocupação inicial no primeiro quartel do século II, as primeiras construções identificadas foram cinco casas com estruturas tipicamente germânicas. Contemporâneo destas construções do século II, mas em local ainda não identificado, temos provas da existência de um edifício de pedra com cobertura de *tegulae*. Posteriormente foi construído um edifício de madeira de grandes dimensões, rectangular, que seria substituído por um grande edifício de pedra (30 x 21 m) já no reinado de Valentiniano I (Pitts, 1987, pp. 231–232).

Este conjunto de “edifícios de prestígio” de *ritu Romano* que em meados do século IV são construídos em Cífer-Pác, assim como o grande edifício de Milanovce, construído provavelmente uma geração depois, contrastavam com as casas que na mesma altura se construíam por toda a Europa Central, segundo o estilo que os investigadores designam por *Grubenhäuser* “casas afundadas” (Kulikowski, 2007, p. 90), com a sua estrutura de madeira confundindo-se na paisagem, mergulhadas até metade no solo — por vezes só o telhado sobressaía do terreno em volta — para deste modo fugirem os seus ocupantes dos rigores do clima continental. Comparados com estas modestas habitações os grandes edifícios de Cífer-Pác e de Milanovce, sobressaindo pela sua monumentalidade, são — tudo o indica — os centros de poder de dois grandes senhores quados. Acreditamos mesmo estar na presença dos “palácios” de Vitrodorus (em Cífer-Pác) e do seu poderoso *subregulus*, Agilimundus (em Milanovce), os dois homens que dominam politicamente no ocidente do “País dos Quados”.

Temos alguns indicadores que apontam com segurança nesse sentido: 1) A edificação do complexo palatino de Cífer-Pác, caindo no reinado de Constâncio II, ter-se-ia ficado a dever ao rei Viduarius, seu contemporâneo; 2) A contemporaneidade da ocupação de Cífer-Pác e de Milanovce com os acontecimentos relatados por Amiano leva-nos a admitir que em 358 Vitrodorus reinaria em Cífer-Pác, ocupando o complexo mandado construir por seu pai alguns anos antes, e que o seu *subregulus*, Agilimundus, reinaria em Milanovce, num grande edifício de madeira (só alguns anos mais tarde substituído pelo grande edifício de pedra);

3) O facto de Constâncio II dirigir as suas tropas para Brigetio e daí avançar contra Vitrodorus dá-nos a certeza de que o seu objetivo é a conquista de Milanovce e Cífer-Pác, para desta forma neutralizar o adversário.

Do ponto de vista político e atendendo à sua centralidade, faria mais sentido a capital dos Quados situar-se em Milanovce. Cífer-Pác está demasiado longe, no extremo ocidental do país, e não é de excluir que a vitalidade das tribos quadas e a existência de um *regnum* tão poderoso como o de Araharius se fiquem a dever à distância a que se encontra o *rex Quadorum*. Mas tudo indica que no primeiro quartel do século II o centro político e militar dos Quados se localizava nas proximidades de Milanovce, e que este era com muita probabilidade a cidade que Ptolomeu identifica como “Singone”. As coordenadas que o geógrafo de Alexandria dá para Singone (48° 15') e Celemantia (47° 40') permitem admitir entre elas uma distância igual à que separa Milanovce e Komárno — aproximadamente 50 km.

Teriam as Guerras Marcomanas determinado o abandono de Singone, pela sua proximidade com Brigetio? É bem possível. Ariogaeus, com a sua cabeça a prémio, seguramente nunca terá residido em Singone. Podemos mesmo admitir que o valor do prémio tenha desde o princípio minado a confiança entre o *rex Quadorum* e os reis da confederação, levando-o a instalar a nova capital no ocidente do país, a curta distância dos Pequenos Cárpatos e dos Cárpatos Brancos. Esta medida de segurança revelar-se-ia contudo insuficiente, pois sabemos que Ariogaeus acabará por ser capturado e entregue vivo a Marco Aurélio. Mas é plausível que a capital dos Quados se tenha instalado definitivamente no Ocidente do país.

Viduarius é o homem que está por detrás da construção do complexo de Cífer-Pác, e a construção de raiz de uma *sedes regia* não nos engana quanto ao poder, à riqueza e à ambição do construtor. Sabemos que Viduarius não só governava os Quados ocidentais como era ainda o *rex Quadorum* (Amiano Marcelino XVII.12.16 assim o deixa entender, pois o poderoso Araharius nunca é designado *rex* pelo historiador, recebendo apenas os títulos de *regalis* e *dux*). Sabemos ainda que tentou expandir o seu poder político, instalando no seu *regnum* — onde antigas

populações de etnia marcomana, os *Baemi*, preponderavam — a tribo de Agilimundus, de etnia quada. Mas teremos oportunidade de voltar a este assunto quando falarmos do *subregulus*.

É o príncipe Vitrodorus, o filho do rei Viduarius [*regalis Vitrodorus Viduari filius regis*] quem vem à presença de Constâncio II. Em nenhum lado somos informados da morte do rei Viduarius, mas acreditamos que ela tenha ocorrido. É no mínimo estranho que Amiano Marcelino — tão pródigo em identificar entre os Alamanos reis superiores (*excelsiores ante alios reges*), reis (*proximi reges*), reizetes (*reguli*) e príncipes (*regales*) (Drinkwater, 2007, p. 118) — atribua a Vitrodorus unicamente o título de *regalis*, reservando o título de *rex* apenas para seu pai. A explicação parece-nos simples: Viduarius morreu mas Vitrodorus ainda não foi legitimado por Roma e *de jure* não pode ser reconhecido como *rex Quadorum*. Na ausência dessa legitimação o seu estatuto não é diferente do de Araharius — um e outro são apenas príncipes [*regales*].

Acreditamos mesmo que tenha sido o falecimento do rei Viduarius e a sua sucessão por Vitrodorus a razão principal do conflito de 358. András Mócsy (1974, p. 291) defende que a maioria dos pequenos conflitos nas fronteiras do Império estavam relacionados com a mudança de governo em Roma e com a necessidade de os Bárbaros renegociarem em condições favoráveis os anteriores tratados ou, no mínimo, impedirem que o novo imperador rubricasse com eles tratados menos favoráveis. Acreditamos que não só a mudança de imperador fosse a mola para os breves conflitos de fronteira como a mudança de rei entre os Bárbaros tivesse o mesmo efeito, pela necessidade de os povos justificarem pelas armas a manutenção do *tributum* pago por Roma. Muito provavelmente o conflito de 358 entre os Quados e o Império não foge a esta lógica de braço-de-ferro.

5.2. O “*subregulus*” e a herança cultural *sármata*

No pequeno excerto em que Amiano Marcelino nos descreve a pirâmide hierárquica no reino dos Quados ocidentais apenas três nomes surgem: Viduarius, Vitrodorus e Agilimundus. Tudo o resto é massa anónima, onde os chefes [*optimates*

et iudices] comandam os povos [*populi*]. Na administração do reino Agilimundus teria um papel determinante. O *subregulus* é inquestionavelmente a segunda figura do reino, e é nessa condição que ele, em lugar de destaque, acompanha Vitrodorus quando este se apresenta diante do imperador. Esta demonstração de autoridade permite-nos adivinhar que, no equilíbrio de poderes do reino, o *subregulus* se encontra acima dos *optimates* e dos *iudices*. Analisemos agora a natureza do título e o estatuto de Agilimundus no reino dos Quados ocidentais.

Temos de começar por admitir que, politicamente, o *subregulus* é um intruso no mundo germânico. No século IV a maioria dos povos organizava-se em tribos independentes e o limite da sua união política era a confederação. Unicamente quando a guerra ameaçava a segurança de todos aceitavam os reis transferir uma parte dos seus poderes para um *dux bellorum* — situação provisória que rapidamente se revertia quando o perigo passava. É verdade que temos três cartas papais preservadas no *Codex epistolaris carolinus* onde Carlos Martel é designado *subregulus* (McKitterick, 2008, p. 66) e que esta figura política existe na Inglaterra anglo-saxónica entre os séculos VI e X, onde as expressões *undercyning* e *subregulus* são equivalentes, a primeira em inglês antigo, a segunda em latim, ambas implicando subordinação ao rei (Dumville, 2003, p. 347). Mas se entre os Francos se trata de um caso isolado — apenas mais um título para Carlos Martel, um homem que concentrava todo o poder nas suas mãos e exercia uma autoridade quase-real (Folz, 1974, pp. 22–23) — entre os Anglo-Saxões estamos na presença de uma complexa estrutura de poder, onde reis dominam outros reis. Mas na sua dimensão é um fenómeno exclusivamente inglês, muito mais próximo da realidade dos reinos celtas da metade ocidental da ilha — onde durante os séculos V e VI poderosos reis governam extensos territórios com a cooperação dos seus *subreguli* e dos seus reis-clientes (Castleden, 2000, pp. 115–117) — do que da realidade dos Germanos do continente. Definitivamente não é aqui que podemos compreender a génese, a dimensão do poder e a natureza das funções do *subregulus* Agilimundus.

Voltemos agora a nossa atenção para a *Germania Magna* do século IV, para uma rápida análise

da sociedade alamana — cuja organização política Amiano Marcelino tão bem descreve — no sentido de confirmarmos a nossa aceção de que “politicamente, o *subregulus* é um intruso no mundo germânico”. Entre os Alamanos podemos identificar uma panóplia de reis: *excelsiores ante alios reges, proximi reges, regales* e *reguli*. Na Batalha de Argenteratum os Alamanos alinham dois reis superiores [*excelsiores ... reges*], cinco reis [*reges*] e dez príncipes [*regales*] (Am. Marc. XVI.12.26). Os *reguli* não são referenciados nesta passagem, mas conhecemos a sua existência, pois somos informados de que Hortarius, um rei aliado de Roma, para reforçar os laços de amizade com os seus vizinhos [*sed amicus finitimis quoque suis*] convida todos os reis, príncipes e régulos [*reges omnes et regales et regulos*] para um banquete (Am. Marc. XVIII.2.13). Não fazendo parte da principal estrutura de poder do exército almano em Argenteratum, podemos contudo admitir que fossem estes *reguli* a comandar alguns dos vários povos [*ex variis nationibus*] presentes na batalha — onde sabemos os *Alamanni* reuniram 35 000 combatentes. Podemos deste modo identificar na confederação alamana um núcleo principal, com dois *excelsiores reges*, cinco *reges* e dez *regales*, em redor do qual gravitam alguns grupos com os seus *reguli*, num movimento de aproximação que não parece comprometer a independência política das partes. É a “a hidra alamana”, na feliz expressão de Hans Hummer (1998a, p. 15), uma estrutura política hiperdescentralizada que nos permite compreender a natureza da confederação germânica. Politicamente o *subregulus* Agilimundus não pertence a este mundo de graves autonomias.

É na Ásia Ocidental, mais precisamente no planalto iraniano, que devemos procurar respostas para as nossas perguntas. Sem nunca perder de vista a escala do *barbaricum*, é impossível não estabelecer analogias entre a figura do *subregulus* e a do rei-vassalo do Império Persa, o sátrapa [*Khashthrapavan*], que se encontrava politicamente subordinado ao Rei dos Reis [*Shahanshah*] (Mojtahed-Zadeh, 2006, pp. 16–18). Havia trinta satrapias no tempo de Dário I, correspondendo a outras tantas nacionalidades, e a todas elas o Império Persa garantia o direito de se governarem de forma autónoma, respeitando a iden-

tidade cultural de cada uma (Mojtahed-Zadeh, 2006, pp. 16–18).

Os Citas e os Sármatas eram Indo-arianos como os Persas e falavam uma língua iraniana muito aparentada com a língua persa (Hildinger, 1997, p. 33). No seu conjunto estes três povos partilhavam muitos elementos culturais, entre os quais se contava uma mesma visão multipolar do poder, pois sabemos por Heródoto de que também os reis citas dispunham de tribos-súbditas (Phillips, 1970, pp. 68–72). Os Sármatas apresentavam-se organizados em grandes conglomerações tribais onde o nome da tribo dominante se impunha para designar o conjunto (Minns, 2010, pp. 119–120). No século I a.C. podemos identificar quatro destas grandes conglomerações: 1) os Sármatas Reais; 2) os láziges; 3) os *Roxolani*; 4) os *Urgi* (Genito, 2006, p. 91). E a exemplo dos Citas também os Sármatas dispunham de tribos-súbditas, com a tribo dominante autorizando as tribos dominadas a habitarem os territórios circunvizinhos (Phillips, 1970, pp. 96–97). Os reis das tribos mais fracas submetiam-se aos reis das tribos mais fortes — esta era a lei da estepe.

Mas vejamos como Amiano Marcelino XVII.12.11 descreve em meados do século IV a pirâmide hierárquica dentro da sociedade sármata (neste caso entre os láziges):

...One of their princes named Zizais, a young man of great stature, marshalled the ranks of the Sarmatians to offer their entreaties of peace in the fashion of an army; (...) Among the other Sarmatians the prince had brought with him three chiefs of tribes, Rumo, Zinafer and Fragiledus, and many nobles who came to offer the same petition with earnest hope of success. (Yonge, 1862, p. 148)

Zizais é apenas um príncipe [*regalis*] dos Sármatas quando se rende a Constâncio II, mas este *regalis* tem sob a sua dependência três *subreguli*. É um *rex regum*. Não somos informados de outros casos semelhantes (Usafer, designado *regalis*, é ele mesmo um *subregulus*), mas o facto de Zizais ser mais tarde nomeado rei por Constâncio II pressupõe a necessidade de o valorizar politicamente e de o colocar acima de outros que lhe são iguais. Amiano Marcelino deixa-nos

pois adivinhar entre os Sármatas uma “rede” de estruturas de poder, todas independentes entre si, todas constituídas por uma tribo dominante e várias tribos dominadas, todas constituídas por um *regalis* e vários *subreguli*. Acima dos *regales* está o rei — aquando das Guerras Marcomanas, talvez numa situação excepcional, Cássio Dio refere a existência de dois reis, Banadaspus e Zanticus, governando em simultâneo (Birley, 2000, p. 189) — mas tudo indica que esta figura é apenas um *regalis* que faz a ponte com Roma. No terreno o rei dos Sármatas, eleito pela vontade de Roma — como nos mostra o exemplo de Zizais — teria um poder pouco mais que fictício. A. I. Melyukova (1990, p. 116) diz-nos que “*It seems that Sarmatian society as a whole, even in the period of its greatest development, did not transgress the boundaries of a clan-tribal system and was not in the process of class organization and transition to a state*”. Ainda assim, e apesar de reconhecermos o fosso que separa o sistema tribal sármata da sofisticada civilização persa, é impossível não reconhecermos também uma similitude nos binómios *regalis-subregulus* e *Shahanshah-Khashthrapavan*. Totalmente estranho ao mundo germânico, o *subregulus* é um elemento cultural dos povos iranianos.

Quando Constâncio II os combate em 358, Quados e láziges são vizinhos há mais de três séculos (Wilkes, 1996, p. 554). Ovídio ainda nos dá conta da presença dos láziges na Ucrânia ocidental, mas com Tácito já somos informados de que esta conglomeração tribal se encontra na Grande Planície Húngara, onde se apresenta aliada aos Suevos de Vannius (Minns, 2010, p. 121).

A estreita aliança entre Quados e Sármatas será de resto uma constante entre estes dois vizinhos do Danúbio central.

A influência da cultura sármata sobre os Quados era muito forte. Amiano Marcelino XVII.12.1 reconhece que os dois povos “eram semelhantes nos costumes e na forma de combater”, usando uns e outros “longas lanças” e couraças feitas de peças de chifre, lisas e polidas, fixadas como escamas a camisas de linho. Traziam os cavalos na maioria castrados para evitar que os mesmos escapassem ao controlo dos seus donos, fosse excitando-se e fugindo à vista das éguas, fosse relinchando alto durante as emboscadas, denunciando deste modo a presença dos cavaleiros; e percorriam grandes

distâncias montando cavalos velozes e obedientes, levando com eles um ou mesmo dois cavalos de reserva, para deste modo manterem a força das suas montarias, renovando a sua frescura por períodos alternados de descanso.

Estamos claramente em presença de uma cultura das estepes, que os Quados largamente absorveram e que poderá mesmo ter alterado a sua matriz cultural. Na esfera do simbólico somos informados por Amiano Marcelino XVII.12.21 de que os Quados adoravam as suas espadas como se fossem divindades, fazendo sobre elas os seus juramentos solenes — um inegável marcador cultural dos povos das estepes, pois sabemos que tanto os Citas como os Sármatas adoravam a espada como símbolo do deus da guerra (Hildinger, 1997, p. 47), tradição que Amiano Marcelino XXXI. 2.23 identifica igualmente entre os Alanos, também eles um povo nómada de origem iraniana.

Uma pergunta se impõe: como foi possível aos Quados terem absorvido tão profundamente a cultura das estepes? A própria História nos responde, seja quando nos mostra a estreita aliança entre os Quados e os Sármatas em todos os conflitos que os opõem a Roma, seja quando nos demonstra a força das alianças matrimoniais na consolidação das alianças políticas. Como nos dizem Frost & Hoebel (2006, p. 52) “As alianças intertribais produzem casamentos mistos e visitas cerimoniais, nas quais as formas culturais podem ser copiadas ou transferidas”. Temos pois de reconhecer que a aliança política entre Quados e Sármatas assentou necessariamente nas alianças matrimoniais entre os dois povos, e que esses estreitos contactos permitiram que ao longo de mais de três séculos a cultura germânica dos Quados absorvesse muitos elementos culturais sármatas. É possível que neste fenómeno de aculturação, cuja profundidade desconhecemos, o *subregulus*, a simbologia divina da espada, as armas e as tradições guerreiras constituíssem simplesmente a parte visível de um enorme icebergue.

Tivemos oportunidade de referenciar a contemporaneidade da construção de Cifer-Pác e de Milanovce, com a quase certeza de ser Viduarius, o *rex Quadorum*, o homem que está por detrás desse esforço construtor. Não foi Viduarius o fundador do *regnum* dos Quados ocidentais (esta sociedade distinta remonta aos

Marcomanos do *Regnum Vannianum*, as mesmas populações que Ptolomeu designa por *Baemi*) mas tudo indica que foi ele quem o consolidou em meados do século IV e lhe deu a forma definitiva, ao permitir a instalação de um *populus* dentro das suas fronteiras e tornando o rei desse *populus* seu *subregulus* (confirmaremos este facto quando falarmos dos *optimates* e dos *iudices*).

Mas de onde vem este *populus* e por que razão tem o seu rei de procurar protecção (porque como veremos é disso que se trata) junto de um rei mais poderoso, tornando-se seu cliente? Curiosamente, encontramos a resposta entre os Sármatas lázigos, no *subregulus* Fragiledus, um dos três *subreguli* que seguem Zizais e cujo nome inquestionavelmente germânico identifica a sua origem quada. Foi com toda a certeza a necessidade de segurança que fez com que Fragiledus se tenha submetido a Zizais para — ao abrigo da tradição autonómica sármatas — preservar a independência política da sua tribo, ameaçada por um poder que se afirma no leste do País dos Quados — o *regnum* de Araharius.

Tudo aponta, pois, para que Fragiledus e Agilimundus sejam homens com percursos semelhantes: modestos reis tribais, governando pequenos *regna* nos *Sarmatici Montes* ou nas suas franjas ocidental/meridional, ameaçados politicamente e militarmente por Araharius, partem com os seus povos em busca de segurança e aceitam submeter-se a outros reis mais poderosos que lhes cedem um território para se instalarem, garantindo-lhes protecção, a manutenção do seu estatuto e a sobrevivência política dos seus *populi* — elementos que denunciam uma relação proto-feudal. Fragiledus procura refúgio na *Sarmatia* e torna-se *subregulus* de Zizais. Agilimundus procura refúgio no reino ocidental dos Quados e torna-se *subregulus* de Viduarius, depois de Vitrodorus. Os dois lembram os sátrapas do Império persa: reis que governam de forma autónoma os seus povos mas que dependem politicamente de reis que lhes são superiores.

5.3. As estruturas intermédias de poder

Optimates (“os melhores”, singular *optimas*) é a palavra mais utilizada por Amiano Marcelino

para designar os responsáveis pelas estruturas intermédias de poder no *barbaricum*. Entre os Alamanos — se excluirmos os *excelsiores reges* — constituem o terceiro nível na pirâmide hierárquica: *rex/regales/optimates* (XVI.12.26). Entre os Quados, no *regnum* ocidental, constituem igualmente o terceiro nível: *rex/subregulus/optimates/iudices* (XVII.12.21). O mesmo se passa entre os Sármatas lázigos: *regalis/subreguli/optimates* (XVII.12.11). Entre os Arménios parece que constituíam o segundo nível, logo abaixo do rei: *rex/optimates/satrapae* (XXVII.12.2). Mas é possível que a ordem esteja aqui invertida, pois conhecemos o imenso poder dos sátrapas: reis submetidos que continuavam a reinar os seus povos.

Voltemos de novo a nossa atenção para a cadeia hierárquica do exército alamanco em Argentoratum, uma estrutura comum aos restantes povos germânicos: *excelsiores reges/reges/regales/optimates/armati*. O número de *reges* (cinco) e de *regales* (dez) dá-nos não somente o número de tribos/*populi* [PG **theudō*] em presença (cinco) como a relação de poder dentro de cada uma delas. Deixando de lado os *excelsiores reges* (que em boa verdade mais lembram *duces* que *reges*) temos de concluir que cada um dos cinco *reges* tinha consigo dois *regales*, tudo apontando para que cada tribo fosse constituída por três subtribos [PG **kunjan*]. E não era fruto do acaso esta tripartição. Na verdade o tabu do incesto assim o obrigava. Norma universal das sociedades humanas, o tabu do incesto proíbe o casamento entre pai e filha, mãe e filho e irmão e irmã (Johnson, 1960, p. 153). Proibidos de desposar uma mulher dentro do próprio grupo, foram os homens obrigados a procurar esposa entre as mulheres de outro grupo, cedendo em troca as suas próprias mulheres. Daqui resultou a troca matrimonial, ou seja, a circulação de mulheres entre os grupos, um processo que envolvia no mínimo dois grupos exogâmicos numa rede de relações de trocas matrimoniais que estão na base das relações sociais: as relações de troca propriamente ditas e as relações de parentesco por alianças matrimoniais (Aghassian, Grandin & Marie, 1978, p. 38).

Podemos identificar dois grandes tipos de trocas matrimoniais: a restrita e a generalizada. Na troca restrita (também designada directa ou simétrica) dois grupos trocam entre si mulheres, num

sistema $A \rightarrow B \rightarrow A$. Na troca generalizada (também designada indirecta ou assimétrica) estão presentes no mínimo três grupos, trocando entre si mulheres num sistema $A \rightarrow B \rightarrow C \rightarrow A$, do que resulta um alargamento do ciclo das alianças matrimoniais (*ibid.*, p. 40). Este é o sistema matrimonial por excelência dos povos indo-europeus (Bernardi, 1982, p. 285).

Tácito G. 2 confirma-nos indirectamente a existência deste sistema matrimonial entre os Germanos. Por ele ficamos a saber que Mannus, filho do deus Tuisto, teve três filhos, os antepassados míticos das três tribos germânicas originais, os Ingaevones, os Herminones e os Istaevones [*Tuistonem deum Terra editum. Ei filium Mannum, originem gentis conditoremque, Manno tris filios adsignant, e quorum nominibus proximi Oceano Ingaevones, medii Herminones, ceteri Istaevones vocentur*]. Na verdade esta divisão mais não é que o reflexo de uma remotíssima estrutura política, quando os primeiros grupos germânicos, condicionados pelo tabu do incesto, se uniram para estabelecer uma rede de relações de trocas matrimoniais.

O exemplo alamanco permite-nos deste modo concluir que 1) a tribo germânica era constituída por três subtribos, uma delas eventualmente designada “real” por abrigar a *stirps regia*; 2) o *rex* mais não era que um dos três *regales*, talvez sobrepondo-se aos outros dois pela sua sacralidade; 3) Os *regales* eram os chefes das subtribos; 4) Os *optimates* eram os chefes dos clãs.

Os *optimates* são claramente identificados por Tácito G. 12. São os “chefes [*principes*] que vão fazendo justiça pelas aldeias e lugares”, e que dispunham cada um de cem companheiros [*comites*] que lhe serviam de conselho e garantia. Sabemos igualmente quem são estes Cem, pois Tácito G. 6 faz questão de nos dizer: “É fixo o número; de cada cantão cem, e assim se designam entre os seus” [*Definitur et numerus: centeni ex singulis pagis sunt, idque ipsum inter suos vocantur*]. Os cem companheiros são os *paterfamiliae*, coadjuvantes na governação do clã [PG **sebjō*]. E o *optimas* é o chefe dos Cem, o *hunno* de que nos fala Hans Delbrück (1990, p. 17). Estamos nas raízes do Estado primitivo. Este é o domínio do parentesco, e aqui “a estrutura de linhagem é a moldura do sistema político” (Fortes & Evans-Pritchard, 1981, p. 34).

Contudo não é esta realidade que encontramos no *regnum* dos Quados ocidentais. Aqui residem os *Baemi*, os antigos seguidores de Maroboduus e de Catualda, depois seguidores de Vannius no seu *Regnum Vannianum*, depois seguidores dos seus sobrinhos Vangio e Sido — gerações de homens que há muito perderam os laços de parentesco com as suas tribos de origem e que tiveram de criar novas coesões numa sociedade com autoridade centralizada, aparelho administrativo e instituições judiciais. Ajudaram a construir um Estado e fortaleceram-no, pois da força desse Estado dependia a sua sobrevivência. Mas recordemos a passagem em que Amiano Marcelino XVII.12.21 descreve a estrutura de poder entre os Quados ocidentais:

Their prince Vitrodorus, the son of king Viduarius, and Agilimundus, an inferior chieftain, with the other nobles and judges who governed the different tribes...

Quorum regalis Vitrodorus Viduari filius regis et Agilimundus subregulus aliique optimates et iudices variis populis praesidentes...

Podemos identificar quatro níveis na pirâmide hierárquica: *regalis/subregulus/optimates/iudices*. Para sermos mais correctos deveríamos dizer três níveis com quatro poderes distintos. No vértice está o rei (o enquadramento legal do *rex Quadorum* obriga Amiano Marcelino a “despromover” os reis quados para *regales* e a juntar os chefes das subtribos e dos clãs sob a designação única de *optimates*). Logo abaixo do rei está o *subregulus*, ele próprio um rei dentro da sua tribo. Os *optimates* e os *iudices* vêm a seguir, tudo indicando que dispõem de poderes semelhantes entre si, pois ambos têm a responsabilidade de governar as várias unidades políticas do reino [*optimates et iudices variis populis praesidentes*]. Reconhecendo este *regnum* como um Estado e sabendo que os *optimates* se encontravam ligados a sociedades onde dominavam os sistemas de linhagem, podemos desamalgamar a estrutura de poder no reino dos Quados ocidentais, identificando facilmente dois grupos: 1) *rex/regalis + iudices*; 2) *subregulus + optimates*. Estamos claramente em presença de duas

sociedades distintas. Se no grupo presidido por Agilimundus encontramos uma típica sociedade de linhagens germânica, no grupo presidido por Vitrodorus estão ausentes a tribo, as subtribos e os clãs. Aqui os *optimates* — verdadeiro “marcador genético” das sociedades de linhagens descritas por Amiano Marcelino — cedem lugar aos *iudices*. Não temos qualquer indicação sobre a natureza do poder destes últimos, mas encontramos igualmente *iudices* entre os Alanos — é assim que Amiano Marcelino XXXI.2.25 designa os seus chefes — e sabemos que estes eram escolhidos “pela sua longa experiência como guerreiros” [*Halani... iudicesque etiam nunc eligunt diurno bellandi usu spectatos*]. Admitimos que uma situação semelhante ocorresse entre os *iudices* que seguiam Vitrodorus. Não nos repugna mesmo admitir a divisão do *regnum* dos Quados ocidentais em *pagi*, estando à cabeça de cada *pagus* um *iudex*, simultaneamente chefe civil e militar, que o administrava em nome do rei. Teria assim o *iudex* funções semelhantes às do *optimas*, o chefe dos Cem, seu equivalente.

6. Os *Sweboz: a metamorfose dos Quados em 374–375

Estabelecida em 358, a paz entre os Quados e o Império durará até 374, ano em que a guerra se reacende com uma violência indescritível. Amiano Marcelino XXIX.6.1-3 dá-nos os pormenores: Valentiniano, querendo proteger as fronteiras do Império, levava demasiado longe os seus propósitos ao ordenar a construção de um forte [*praesidiaria castra*] no país dos Quados. Estes, indignados, tinham enviado uma embaixada [*legatione*] para protestar a sua construção, tendo conseguido a suspensão das obras. Intrigas políticas tinham entretanto levado à nomeação de Marcellianus como *dux Valeriae*. Recém-empossado, Marcellianus retoma de imediato a construção do forte, ao que se seguem os protestos de Gabinus, o rei dos Quados. Fingindo-se sensível aos protestos, o *dux Valeriae* convida Gabinus para um banquete no fim do qual, “numa abominável violação dos sagrados deveres de hospitalidade” [*hospitatis officii sanctitati nefarie violata*], o rei dos Quados é assassinado. De imediato a aliança quado-sármata é ativada e

os dois povos invadem a Panónia, levando tudo a ferro-e-fogo. Duas legiões são esmagadas, a *Moesiaca* e a *Pannonica*, e a cidade imperial de Sirmium só não é conquistada porque a qualidade das suas muralhas e as preocupações defensivas entretanto tomadas desencorajam os atacantes. Passaram-se apenas dezasseis anos desde o último conflito, e muitos dos Quados que combatem na guerra de 374–375 são veteranos da guerra de 358. Recordamos o mundo dos Quados no SW da Eslováquia em 358, tal como Amiano Marcelino XVII.12.12–16 no-lo descreve: i) um reino ocidental, muito poderoso, governado directamente por Viduarius, o *rex Quadorum*, e depois pelo seu filho Vitrodorus; ii) um reino oriental, igualmente poderoso, governado por Araharius; iii) um número indeterminado de pequenos *regna*, comprimidos entre os dois grandes reinos. Não temos razões para acreditar que no curto espaço de dezasseis anos esta realidade tivesse sido alterada. Tudo indica que o *rex Quadorum*, uma figura jurídica mais romana que germânica, era escolhido no reino ocidental, no seio da *stirps regia* e obrigatoriamente sancionado por Roma. O carácter dinástico da monarquia era uma das características marcantes no reino dos Quados ocidentais, pois sabemos que Vitrodorus sucede a seu pai na chefia do reino. Tudo indica pois que era o rei dos Quados ocidentais — e sempre o rei dos Quados ocidentais — que era confirmado pelas autoridades romanas como *rex Quadorum* e representante da confederação.

Em 358 somos informados de que o *rex Quadorum* é Viduarius, o último confirmado por Roma. E tão importante é o título para as autoridades romanas que o seu filho e herdeiro político é apenas designado por *regalis*. Não somos informados da confirmação de Vitrodorus como *rex Quadorum*, mas tudo aponta para que ela tenha tido lugar, pois essa era a norma e Vitrodorus e Agilimundus, tendo sido perdoados, juram guardar fidelidade [*juravere se permansuros in fide*]. Não havia razões objectivas para que Vitrodorus, filho do *rex Quadorum*, não visse confirmado por Roma o título que já fora de seu pai.

Dezasseis anos depois destes acontecimentos terem lugar somos informados de que Gabinius é o novo *rex Quadorum*. Ora quando sabemos que o *rex Quadorum* era por tradição o rei dos

Quados ocidentais e que entre estes o poder se transmitia hereditariamente, temos de concluir que: 1) Gabinius era em 374 não somente o *rex Quadorum* mas igualmente o rei dos Quados ocidentais, tendo sucedido a Vitrodorus; 2) Gabinius era muito provavelmente filho de Vitrodorus; 3) Viduarius, Vitrodorus e Gabinius são três gerações de reis, todos pertencendo à mesma família, todos governando o mesmo *regnum*, todos interlocutores privilegiados das autoridades romanas, todos reconhecidos com o título de *rex Quadorum*.

Como vimos foi a construção de um forte no território dos Quados que esteve na origem do assassinato de Gabinius e, indirectamente, na guerra de 374–375. Mas o território dos Quados era muito vasto. Onde terá verdadeiramente sido construído o forte de todas as polémicas? Amiano Marcelino não nos dá essa informação, mas András Mocsy (1974, p. 294) defende que tenha sido construído na zona fronteira entre o país dos Quados e a *Sarmatia*, ou seja, claramente no *regnum* dos Quados orientais. Essa é também a nossa opinião. Amiano Marcelino diz que Valentiniano ordenara a construção do forte no país dos Quados “para proteger as fronteiras do Império”, mas não vemos como um forte isolado poderia cumprir este objectivo. Mais nos parece, sim, que este forte, construído “entre o país dos Quados e a *Sarmatia*”, tinha o claro objectivo de demarcar fronteiras e travar a expansão do *regnum* dos Quados orientais para sul.

Essa fora a razão do “protesto dos Quados” (entenda-se, dos Quados orientais) e a razão por que Gabinius, obrigado a tomar uma posição, juntara os seus protestos aos protestos do rei dos Quados orientais — talvez na tentativa de fortalecer a sua autoridade no seio da confederação. Convidado para um banquete para negociar uma solução política, não suspeitando das pérfidas intenções de Marcellianus, ter-se-ia deslocado a Aquincum, a capital da *provincia Valeriae*. E tudo indica no palácio do governador encontraria o rei a morte.

Somos informados por Amiano Marcelino XXX.5.1 de que no fim da Primavera de 375 Valentiniano I se desloca de Treveris para Carnuntum. Alguns embaixadores sármatas interceptam-no durante a viagem e, jogando-se-lhe aos pés,

juram que o seu povo nada teve a ver com as recentes destruições na Panónia. A resposta do imperador não deixa margem para dúvidas: “os actos serão investigados e os culpados punidos” [*quaerenda verissimis documentis et vindicanda*]. E o imperador parece levar a sério a promessa feita aos embaixadores sármatas, pois tudo indica que nos três meses seguintes, enquanto decorriam os preparativos militares, teria feito as suas investigações e identificado os culpados dos ataques. Conhecemos as suas conclusões pelas opções militares que toma. O grosso das tropas romanas, com o Imperador à cabeça, atravessa o Danúbio perto de Aquincum e ataca os Quados que ocupam o norte da *Sarmatia*, muito longe do território que as fontes históricas atribuem aos Quados. O punho de Roma é impiedoso: as tropas matam todas as pessoas que encontram pela frente, todos aqueles que não puderam ou não quiseram fugir para as montanhas, e deitam fogo a casas e celeiros. Só no final do Outono o exército romano regressa a Aquincum, triunfante, deixando para trás um rasto de destruição.

É inegável que entre os anos 374 e 375, depois da morte de Gabinius, são os Quados orientais que lideram a confederação dos Quados — facto tanto mais estranho quanto sabemos que a liderança pertencia invariavelmente aos Quados ocidentais. Mesmo que Gabinius não tivesse filhos com idade de reinar, não seria difícil no seio da *stirps regia* encontrar um sucessor. Amiano Marcelino referencia apenas Vitrodorus entre os filhos do rei Viduarius, mas não nos custa admitir que a descendência deste rei tenha sido mais numerosa.

A verdade é que o “arquétipo do guerreiro”, comum a todas as culturas e presente em todas as épocas, sempre esteve estreitamente ligado ao conceito de masculinidade (Goldstein, 2001, p. 266), e mesmo nos nossos dias a masculinidade/virilidade de um homem ainda é avaliada pela sua capacidade de gerar descendência (Oliver, 1998, p. 86). Entre os reis bárbaros que instalaram os seus *regna* dentro das fronteiras do Império Romano a existência de uma prole numerosa é a regra. O godo Teodorico I foi pai de oito filhos (Wolfram, 1990, p. 202), o vândalo Gaiseric foi pai de três filhos (Merrills & Miles, 2010, p. 68), Clóvis foi pai de quatro filhos (Ba-

chrach, 1972, p. 18) e Gébica, referenciado na *Lex Burgundionum* como o mais remoto antepassado do rei-legislador Gundobado, foi igualmente pai de quatro filhos, um dos quais Gundahar, o rei Gunther do Ciclo dos Nibelungos (Clarke, 1911, pp. 214–215). Carlos Magno, definitivamente, é a confirmação desta regra: foi pai de vinte e dois filhos (McKitterick, 2008, pp. 90–93).

Assim, temos de admitir que a descendência de Viduarius e de Vitrodorus só em condições muito excepcionais se teria resumido a um único filho. No seio da *stirps regia* haveria seguramente irmãos, tios ou primos de Gabinius com suficiente ambição para disputar o lugar vago. Surpreendentemente não é isso que acontece, e a perda de liderança dos Quados ocidentais para os Quados orientais durante o conflito de 374–375 só pode ter um significado — a confederação já não reconhece aos Quados ocidentais capacidade para a liderar. Mas como puderam as coisas chegar a este extremo? Uma única hipótese se nos afigura possível: Gabinius deixa um filho de tenra idade, cuja legitimidade como rei dos Quados ocidentais é inatacável mas que por ser demasiado jovem não dispõe de condições para assumir a liderança política e militar da confederação.

Carole M. Cusack (1999, p. 121) diz-nos que “*The Germans were accustomed to people with supernatural powers and sacred status, since their primary political and religious institution was the sacral king*”. Esta era seguramente a realidade entre os reis dos Quados ocidentais. A nobreza de sangue e a sacralidade que lhe estaria associada teria feito concentrar nas mãos dos reis um grande poder, simultaneamente temporal e espiritual (um poder que se estendia a toda a confederação através do cargo de *rex Quadorum*) e essa circunstância teria permitido consolidar o marcador genético do *regnum* — a monarquia hereditária. Podemos admitir facilmente que o maior defensor da legitimidade do jovem rei fosse o *subregulus*. Inquestionável segunda figura do reino, Agilimundus ou o seu herdeiro político teria consolidado o seu poder nos dezasseis anos seguintes, como podemos constatar pela substituição do seu “palácio” de madeira por um grande edifício de pedra. Só a continuação da dinastia de Viduarius lhe garantia a manutenção do estatuto. Neste contexto temos de admitir como muito provável que o *subregulus*

se erguesse como defensor dos direitos sucessórios do filho de Gabinius, chamando a si a tutela do jovem rei e tornando-se o regente do *regnum*. Não estaríamos na presença de uma situação inédita. Amiano Marcelino XXXI.3.1–3 identifica entre os *Greuthungi* um caso igual: o rei Vithimir, lutando contra os Hunos, perde a vida no campo de batalha. Deixa um filho e herdeiro natural, Videricus. A circunstância de Videricus ser ainda uma criança faz com que Alatheus e Saphrax, dois poderosos *duces*, um godo, o outro alano, se tornem tutores do jovem rei e regentes do reino.

Os ataques concertados dos Quados contra o *Illyricum* exigiram obrigatoriamente tempo de preparação. Sabemos que os ataques tiveram lugar em Julho de 374 (Mócsy, 1974, p. 294) e Amiano Marcelino XXIX.6.6 deixa bem claro que estes apanham toda a gente de surpresa, na época das ceifas. Face ao assassinato do seu rei seria de esperar que os Quados reagissem, e as autoridades romanas certamente teriam aguardado essa reacção, tendo-se preparado para a mesma. A surpresa dos ataques significa apenas que muito tempo terá decorrido entre a morte de Gabinius e os ataques de Julho de 374 (eventualmente alguns meses). Podemos adivinhar nesse ínterim a ocorrência dos seguintes acontecimentos: *i*) a confirmação do filho de Gabinius como rei dos Quados ocidentais, sob tutoria do *subregulus*; *ii*) o início da regência do *subregulus*; *iii*) a ocorrência de diversas reuniões entre os reis da confederação dos Quados para resolver o delicado problema da retirada da liderança política aos Quados ocidentais e a sua entrega aos Quados orientais; *iv*) a ocorrência de reuniões com os líderes [*regales*] das várias tribos sármatas, para concertar os ataques.

É sabido que o imperador Valentiniano I morre de uma apoplexia em Brigetio, no dia 17 de Novembro de 375, no decurso de uma audiência a uma embaixada dos Quados. Amiano Marcelino XXX.6.2 diz-nos que os embaixadores [*legati*] representam os próceres da nação [*procerum gentis*]. Decorreram quase dois anos sobre a morte de Gabinius, e os Quados continuam sem um rei que os represente. Acreditamos que estes embaixadores — que reúnem com o imperador em representação dos “próceres da nação” — são o rosto visível da nova realidade política que

nasceu no *barbaricum*: uma nova confederação de reinos onde os povos, libertados da figura tutelar do *rex Quadorum*, adoptaram colectivamente a designação de **Sweboz*.

Procurando determinar o *momentum* “em que os Quados se tornam Suevos”, temos de convir que os meses que permeiam entre a morte de Gabinius e os primeiros ataques de Julho de 374 guardam as circunstâncias adequadas para a mudança de etnónimo. Senão vejamos: 1) o *rex Quadorum*, o líder político e militar da confederação dos Quados, é assassinado; 2) com o apoio do *subregulus*, segunda figura do reino dos Quados ocidentais, o filho de Gabinius é confirmado como rei e o *subregulus* torna-se seu tutor e regente do *regnum*; 3) Os reis da confederação dos Quados não reconhecem o filho de Gabinius como *rex Quadorum*, o que pressupõe a extinção deste cargo político; 4) O cargo de *rex Quadorum* só podia desaparecer definitivamente se a própria designação *Quadi* desaparecesse — uma perda insignificante se os povos recuperassem o etnónimo **Sweboz*, um património cultural comum aos *Quadi* e aos *Baemi*; 5) A mudança de nome servia os interesses do *subregulus* (desvassalava o seu estatuto dentro do *regnum* dos Quados ocidentais), dos *Baemi* (que nunca se tinham sentido Quados), do reino dos Quados orientais (que via eliminado o maior obstáculo às suas ambições políticas) e dos pequenos reinos do Gránua (que se libertavam da presença tutelar do *rex Quadorum* e se tornavam membros de pleno direito da nova confederação sueva).

7. Os Suevos na Hispânia

Nos anos que se seguem os Quados-Suevos vêm desaparecer o equilíbrio entre o Império Romano e o *barbaricum*, equilíbrio que durante quatro séculos tinha sido um dos pilares da sua estabilidade. A chegada dos Hunos às estepes do Leste Europeu produz uma reacção em cadeia, e os povos atiram-se uns contra os outros para escaparem ao seu domínio. Escrevendo cerca de 380, o bispo Ambrósio de Milão sintetiza admiravelmente a situação que se vive: “The Huns threw themselves upon the Alans, the Alans upon the Goths, and the Goths upon the Taifali and the

Sarmatae... and this is not yet the end” (Heather, 1998, p. 104).

No Outono de 376 os *Tervingi* pedem para ser recebidos no Império, e de Antióquia vem a ordem imperial que os autoriza a instalar na Trácia, onde deverão viver do cultivo da terra (Wolfram, 1990, pp. 117–119). Mas o processo é mal conduzido desde o princípio, e logo surgem as primeiras tensões, e as tensões rapidamente se transformam numa incontável revolta, e a revolta conduz à inimaginável batalha de Adrianópolis, em 9 de Agosto de 378, onde morre o imperador Valente e com ele dois terços das suas tropas. Em Adrianópolis morre também um mito — o da invencibilidade do exército romano (Sumruld, 1994, p. 24).

A Panónia, quase um *locus sacratu*s — tal a ferocidade com que a defendiam os imperadores romanos — torna-se no último quartel do século IV uma província de assentamento para povos bárbaros atraídos pela segurança do Império. Os primeiros a chegar, levando inicialmente tudo a ferro e fogo, são os povos que seguem os *duces* Alatheus e Saphrax, instalados como *foederati* em 380 (Mócsy, 1974, p. 340-342). Seguem-se vários grupos de Alanos, eventualmente atraídos pelos Alanos de Saphrax (Wolfram, 1997, p. 160). Em 395 um grupo de Marcomanos é instalado na *Pannonia Prima* sob o comando de um *tribunus gentis Marcomannorum* (Burns, 1994, p. 54). Os Vândalos Asdingos chegam em 401, depois de abandonarem definitivamente as suas terras no norte das planícies húngaras (Mócsy, 1974, p. 347). E nesse mesmo ano de 401 os Godos de Alarico atravessam a Panónia a caminho de Itália, aí regressando no ano seguinte, depois de Estilício lhes ter oferecido a província para se instalarem (*ibid.*). Impotentes para mudarem o curso dos acontecimentos, a tudo isto assistem os Quados-Suevos, partilhando com os restantes povos a sensação de insegurança que se vive nas duas margens do Danúbio.

Pressionados pelos Godos de Alarico, Alanos e Vândalos Asdingos põem-se em marcha para oeste, sendo convidados por Estilício, o *magister militum*, ele próprio de ascendência vândala, a instalarem-se no *Noricum* e na *Raetia* como aliados de Roma (Bachrach, 1973, p. 51). Mas os Bárbaros começam a saquear as províncias que

deveriam defender, e Estilício sai ao seu encontro e inflige-lhes uma pesada derrota, obrigando-os a retirar para norte do Danúbio (Bachrach, 1973, p. 51). Alanos e Vândalos Asdingos estavam de volta ao *barbaricum*.

Por esta altura a antiga *Marcomannia* era um deserto populacional. Os Marcomanos, poderosos no século II durante as guerras que levavam o seu nome, no século III ainda não tinham perdido a sua capacidade de ameaçar o Império, pois em 254, sob o comando do rei Attalus, tinham devastado a Panónia e chegado às portas de Aquileia (Speidel, 2006, p. 73). Mas em 258 Galieno estabelecera um pacto com Attalus e aos Marcomanos foram atribuídas terras na Panónia Superior em troca da defesa da fronteira, servindo Pipa, a filha do rei, como garante desse tratado, ao tornar-se concubina de Galieno (Blois, 1976, p. 4) — uma típica aliança política sancionada por uma aliança matrimonial, o que confirma o estatuto de Attalus (verdadeiramente um *rex Marcomannorum*) e o investimento de Galieno no sucesso do tratado.

O estabelecimento de Attalus na Panónia constituiu um golpe de morte na *Marcomannia*. Alguns grupos não quiseram ou não puderam acompanhar Attalus, mas tornaram-se politicamente irrelevantes. Temos curtas referências sobre estes Marcomanos em finais do século IV, todas elas indicando um novo movimento de aproximação ao Império. Primeiro é o grupo que se instala na Panónia em 395, atrás referenciado. E em 396 sabemos que o bispo Ambrósio de Milão contacta com Fritigil, identificada como “rainha dos Marcomanos”, à qual faz chegar um catecismo para a ajudar na conversão do seu povo e uma recomendação para persuadir o marido a fazer a paz com Roma (Thornton, 2008, p. 112). O povo de Fritigil é muito provavelmente o grupo de Marcomanos que nesse mesmo ano de 396 se entrega à protecção de Roma (Heather, 1995, p. 9). Tudo indica, pois, que na viragem do século IV para o século V já só podemos encontrar Marcomanos dentro das fronteiras do Império, alguns deles romanizados há sete gerações, outros num processo de romanização.

Quando em 401 Estilício empurra Alanos e Vândalos Asdingos para fora das fronteiras do Império, será nesta *Marcomannia* despovoada que os dois povos se irão instalar. E na *Marcomannia*

terão eles por vizinhos os Quados-Suevos a leste e os Vândalos Silingos a norte. E aqui se acertarão os líderes dos quatro povos, dando corpo a uma grande confederação com cerca de duzentas mil pessoas (Thompson, 2002, p. 159), que se põe em marcha para ocidente e que, caminhando sobre o Reno gelado, irá invadir as Gálias em 31 de Dezembro de 406.

Os historiadores são unânimes em considerar os Suevos como o mais fraco dos quatro grupos que participam na invasão de 406, sendo o seu número calculado entre 25 000 e 35 000 almas, com cerca de 8000 a 10 000 combatentes no máximo (Thompson, 2002, p. 295). Se compararmos estes modestos números com os 80 000 Asdingos, os 50 000 Silingos e os 30 000 a 40 000 Alanos (*ibid.*, p. 159) e tivermos em conta que por volta de 470, depois de decénios de domínio huno, ainda podemos identificar dois reis entre os Suevos do Danúbio central, sendo um deles — Hunimundus — suficientemente forte para desafiar os poderosos Ostrogodos da Panónia (Hummer, 1998b, p. 17), então temos necessariamente de concluir que apenas uma parte dos Quados-Suevos se juntou à confederação.

Godigisel, o rei dos Vândalos Asdingos, terá sido o cérebro por detrás da expedição de 406 (Liesbeschuetz, 2003, p. 64). Diplomata e negociador, sabemos que conseguiu a adesão dos Vândalos da Silésia ao seu projecto. Mas não foi tão feliz com os Suevos. Orgulhosos da sua independência, divididos por velhas rivalidades, talvez receando perder parte do seu poder para o rei dos Suevos ocidentais, tudo indica que os reis suevos teriam recusado o convite de Godigisel. Apenas os Suevos do *regnum* ocidental, vizinhos dos Vândalos e dos Alanos e os que melhor conheciam o projecto, se irão juntar à expedição. E serão os Suevos ocidentais que irão fundar em 411, no NW da Hispânia, na “*extremidade ocidental do mar oceano*” (Idácio, *Chron.*, 49)¹, o primeiro dos reinos bárbaros do Ocidente (Thompson, 2002, p. 157).

Idácio identifica pela primeira vez um *rex Suevorum* em 419, quando nos informa do cerco dos Suevos pelos Vândalos nos Montes Nerbásios. Não temos de Idácio qualquer referência sobre Hermerico anterior a 419 e não temos forma de comprovar que o filho de Gabinius e Hermerico sejam a mesma pessoa. Mas a informação de Isidoro de Sevilha

HS 65 de que este já comandava os Suevos em 409, a solidez da monarquia sueva, o seu carácter dinástico e sobretudo a quase ausência de disputas pelo poder (algo que é crónico entre os Francos Merovíngios e os Visigodos) (Roedel, 2004, pp. 195–196) dão-nos algumas garantias seguras. Temos assim razões para acreditar ter sido Hermerico, criança em 374, trintenário em 406, o líder dos Suevos ocidentais durante a migração e o fundador do *Regnum Suevorum* em 411, onde procuraria reconstituir o antigo *regnum* danubiano — projecto unicamente conseguido em 430, porquanto depois da chegada à Hispânia os dois grupos que constituem os Suevos ocidentais separaram-se, assim permanecendo durante quase vinte anos.

Uma das mais desconcertantes informações que Idácio nos transmite respeita ao ano de 418, quando somos informados de que “os Alanos exerciam o seu poder sobre os Vândalos e os Suevos” [*Alani qui Vandalis et Suevis potentabantur*] (Id., *Chron.*, 68). Os primeiros são os Vândalos Silingos, destroçados no ano anterior pelos Godos de Vália e cujos sobreviventes se colocam sob a protecção de Addax, o rei dos Alanos. Mas quem são os Suevos sobre os quais os Alanos “exerciam o seu poder”? Não são seguramente os Suevos que vivem no *territorium* de Braga, pois isso não faz qualquer sentido. Mas se nos lembrarmos que os Alanos eram um povo iraniano e que “o *subregulus* é um elemento cultural dos povos iranianos” (cf. sub capítulo 5.2), então podemos admitir que os reis alanos — a exemplo dos reis dos restantes povos iraninos — dispunham de *subreguli*. Quando Idácio nos diz que “os Alanos exerciam o seu poder sobre os Suevos” podemos concluir que cerca de 411, aquando do assentamento dos Bárbaros na península, os Quados se teriam separado dos *Baemi* e instalado na Lusitânia, tornando-se o seu rei *subregulus* do rei dos Alanos.

Não conhecemos o nome do rei dos Quados que se torna *subregulus* do rei dos Alanos. Mas acreditamos que Heremigarius — morto em Novembro de 429 quando combatia os Vândalos perto de Mérida e que García (1997, p. 200) designa como “*chef militaire suève quasi-indépendant*” — é o rei que liberta os Quados da tutela dos Alanos aliando-se aos Godos de Vália. Já Torres (1977, p. 68) sugere que Heremigarius era o pai de Ricimer, o

¹ A «Crónica de Idácio» que nos serviu de base de trabalho é a edição de Xoán Bernárdez Vilar, que utiliza «o texto do *Codex Berolinensis*, do século IX, o mais completo e fiável dos que de Idácio se conservam» (Bernárdez, 2004, pp. 6–7), assim como «a numeración dos parágrafos establecida en 1974 por Alain Tranoy» (Bernárdez, 2004, p. 35).

famoso “creador de imperadores romanos”, que tinha por avô o rei dos Godos, Vália, e por pai um suevo cuja identidade se perdeu. É seguramente possível que Ricimer fosse o “resultado” de uma aliança matrimonial entre Heremigarius e Vália, buscando assim o rei dos Godos um aliado para o ajudar a combater os Alanos de Addax.

A facilidade com que os Godos vencem os Alanos não pode deixar de nos surpreender. Hábeis cavaleiros, os Alanos tinham uma sociedade guerreira: os chefes eram escolhidos entre os mais bravos, o seu único deus era o deus da guerra (cujo símbolo era a espada) e morrer a combater era a maior felicidade que um alano podia desejar (Bachrach, 1973, pp. 22–23). Com tudo isto os Alanos deviam ser adversários terríveis e a sua derrota aparentemente fácil permite-nos admitir que os Godos teriam actuado de forma ardisosa para os enfraquecer, como tinham feito com os Silingos, quando o rei Fredibalus é “capturado de forma engenhosa” [*ingeniose captum*] (Id., *Chron.* 62a). Admitimos que Vália e Heremigarius tenham secretamente estabelecido uma aliança, e que em pleno combate os Quados teriam trocado os Alanos pelos Godos — uma “traição” que teria um efeito devastador nas hostes alanas. Afinal o rei Addax passava a ter por adversário o seu antigo *subregulus*, um homem que conhecia a sua organização e as suas técnicas de combate, e que dispunha de uma poderosa cavalaria (acreditamos que foi esta “herança sármata” que tornou possível entre os anos 438 e 456 as conquistas de Réquila na Lusitânia e na Bética e as razias de Requiário na Cartaginense e na Tarraconense).

Defendemos deste modo a existência de um reino suevo na Lusitânia, fundado em 411 — ano em que os Quados se teriam separado dos *Baemi* e juntado aos Alanos, instalando-se muito possivelmente no *territorium* de Viseu. No *Parochiale Suevum* (ou *Divisio Theodomiri*) encontramos apenas cinco topónimos de origem germânica, acreditando García (2006, p. 41) que estes topónimos nos deixam “un valioso testimonio sobre el asentamiento de los suevos”. Significativamente dois destes topónimos situam-se na Lusitânia: *Rodomiro* (Viseu) e *Franco* (Egitânia). Também Heather (1998, p. 209), reflectindo sobre as cidades onde Leovigildo instala sedes episcopais arianas depois da conquista do *Regnum Suevorum* (Porto,

Viseu, Lugo e Tui), conclui que estas “probably reflect Suevic settlements”. Díaz (1987, p. 205), por sua vez, lembra-nos que é no eixo Braga-Coimbra-Idanha que se localizam a maioria dos depósitos monetários inequivocamente suevos. Temos assim razões para acreditar que os Quados se teriam instalado no *territorium* de Viseu, sendo esta cidade muito provavelmente a “capital” de Heremigarius. Mas a derrota frente aos Vândalos em 429 iria constituir um rude golpe nas pretensões autonomistas deste *regnum*: não somente o seu rei é morto, como muitos combatentes ficam prisioneiros dos Vândalos, sendo levados para África como escravos (Torres Rodríguez, 1977, p. 69).

Admitimos como muito possível que Massila, o pai de Maldras (Id., *Chron.* 181), tivesse sucedido a Heremigarius no trono dos Quados. Díaz (1987, p. 216) entende que pela forma como a notícia da filiação de Maldras nos é transmitida “podemos pensar que hace alusión a una familia que se considera con derecho a detentar el título de rey, o que al menos parece proclamar una condición de nobleza”. Admitimos a eleição de Massila como rei dos Quados ajuda-nos igualmente a resolver aquele que é talvez um dos grandes “mistérios” de Ricimer: as circunstâncias em que teria entrado ao serviço do Império. Mesmo que o filho de Heremigarius tivesse direitos preferenciais ao trono, a existência de um pretendente como Massila — muito provavelmente um membro da *stirps regia* — tornava insustentável a posição de Ricimer no *regnum*. É possível que a filha de Vália, mãe de duas crianças e temendo pelas suas vidas, tivesse voluntariamente renunciado aos direitos do filho e partido para junto do seu povo, na Aquitânia, de onde Ricimer teria entrado ao serviço do Império. Como nos diz Gillett (1995, p. 382) “Imperial service was always an option for losers of struggles for leadership among the barbarians”.

Tranoy (1974, p. 78) fala-nos na existência de “plusiers bandes rivales”, concluindo que é a partir da morte de Heremigarius que Hermerico passa a exercer um papel determinante entre os Suevos: “Chef de tribu en 409, la royauté de 429 fut pour Herméric une ‘promotion’”. As premissas estão corretas mas não a conclusão. A realeza de Hermerico é um dado indiscutível e a morte de Heremigarius, eliminando talvez o maior opositor

à reunificação dos Suevos, é a garantia de que a dinastia de Viduarius pode finalmente reconstruir o antigo *regnum* dos Quados ocidentais.

Em 430 os Suevos invadem as *partes medias Gallaeciae* (Id., *Chron.* 91), naquela que é a primeira campanha guerreira de Hermerico desde o assentamento de 411. Torres (1977, p. 69) diz que as razões desta invasão (um fracasso militar, por sinal) se prendem com o crescimento populacional e com a falta de terras. Concordamos com este autor, mas por razões diferentes. Mais nos parece que o súbito belicismo de Hermerico deriva indiretamente da reunificação entre os *Baemi* e os Quados, e da entrega da “extremidade da Galécia” ao seu *subregulus*, para este se instalar com o seu *populus*. Idácio *Chron.* 181 confirma a existência deste grupo de Suevos nesta região quando se refere à primeira das duas eleições de Maldras, dizendo que aqueles que elegem o filho de Massila são “os Suevos que ficaram na extremidade da Galécia” [*Suevi qui remanserant in extrema parte Gallaeciae*]. Admitimos que a cedência de um território para Massila e os Quados se instalem (apenas uma parte dos Quados, pois Viseu e o seu *territorium* nunca foram abandonados, como sabemos pela decisão de Leovigildo de aí instalar uma sede episcopal ariana) tenha obrigado o rei a deslocar populações de etnia *Baemi* previamente instaladas no *territorium* de Portucale e a reinstalá-las noutras regiões, mais a norte. E muito provavelmente a falta de terras e a necessidade de reinstalar os *Baemi* deslocados estaria na base do conflito de 430.

Idácio dá-nos conta da existência de conflitos entre Suevos e Galaicos nos anos de 430, 431, 433 e 438. A partir de 438, sob o comando de Réquila, os Suevos voltam-se para sul, e no espaço de uma década iremos assistir ao agigantamento do pequeno reino fundado por Hermerico. Uma atrás das outras as províncias caem sob controlo suevo, e apenas a Tarraconense permanecerá nas mãos do Império — uma dinâmica de conquista a que não é seguramente estranha a cavalaria dos Quados. Com a morte de Réquila em 448 sucede-lhe no trono suevo seu filho Requiário, que prossegue a política expansionista do pai. Aproveitando as debilidades do Império e combinando com precisão militarismo e diplomacia, Requiário vê reconhecida em 452 a soberania sueva sobre

todo o ocidente peninsular, ou seja, um território ligeiramente superior à união dos actuais territórios de Portugal e da Galiza, pois incluía Astorga, Mérida e Sevilha (Díaz, 1987, p. 212).

Em 455 Requiário tinha razões para estar satisfeito e para procurar a paz. Tal não aconteceu, contudo, e nesse mesmo ano os Suevos voltam a invadir a Cartaginense, província que no cumprimento do tratado de paz tinham devolvido ao Império (Id., *Chron.*, 168). Mariezkurrena (2002, pp. 183–185) defende que a invasão da Cartaginense não parece estar destinada a dilatar as fronteiras do *regnum*, antes a obter um rico saque que reforçasse o papel do monarca e dos seus nobres, aproveitando uma conjuntura que parecia propícia. Concordamos com este autor, mas esta parece-nos ser apenas uma parte da verdade.

Admitimos como muito possível que o tratado de 452, reconhecendo os direitos de soberania de Requiário, o ancorasse igualmente com um conjunto de deveres para com o Império e para com as populações romanas agora sob sua jurisdição. No tratado de 442 entre Valentiniano III e Gaiserico foi esse equilíbrio entre direitos e deveres — que o rei dos Vândalos escrupulosamente respeitou (Wolfram, 1997, p. 171) — que terá levado a nobreza vândala a pegar em armas e a revoltar-se. Só depois de um banho de sangue conseguiu Gaiserico sufocar a revolta (Wolfram, 1997, p. 171). É igualmente possível que o tratado de 452, benéfico para Requiário, fosse prejudicial para os interesses de Massila e dos seus *optimates*. É certo que o *subregulus* não pegou em armas contra o rei, mas não é de excluir que tenha exercido uma pressão constante sobre Requiário — uma pressão que se tornaria insustentável depois do saque de Roma pelos Vândalos em Junho de 455.

A verdade é que pouco tinha mudado na sociedade germânica desde finais do século I — é Tácito, *G.*, 14 quem nos diz que “os meios de munificência vêm das guerras e dos saques” — e o *subregulus* e os *optimates* não tinham meios para manter os seus exércitos privados sem o recurso à guerra. E à guerra e ao saque voltarão os Suevos em 455 e 456, invadindo sucessivamente a Cartaginense e a Tarraconense. Terá Requiário, “refém” dos interesses do *subregulus*, cedido às suas pressões para evitar uma situação de revolta

ou eventualmente uma segunda cisão? Idácio nada nos diz sobre o assunto, mas admitimos como muito possível. O que é facto é que estas acções de pilhagem — um insensato desafio a Ravena e a Tolosa — não se enquadram na lucidez política de que Requiário sempre deu provas.

Os acontecimentos subsequentes são bem conhecidos: com o apoio do imperador o rei dos Visigodos, Teodorico II, organiza um poderoso exército nas Gálias e avança sobre o reino dos Suevos. Os exércitos de Teodorico e de Requiário defrontam-se no dia 05 de Outubro de 456, em *Campus Paramus*, perto de Astorga, onde os Suevos sofrem uma pesada derrota. Requiário é ferido e os Suevos retiram para Braga, a sua capital, que acaba por ser conquistada pelos Godos. Refugiado em Portucale, Requiário acaba por ser capturado nesta fortaleza e é levado à presença de Teodorico, que o manda executar em Dezembro de 456. Concluída a tarefa que se propunha, Teodorico passará depois à Lusitânia — não sem antes nomear Agiulfo, um homem da sua confiança, para governador dos Suevos. Vivendo de perto os acontecimentos o bispo de Chaves não tem dúvidas: *Regnum destructum et finitum est Suevorum* (Id., *Chron.* 175)

Podemos situar a morte de Massila no último trimestre de 456, num dos vários confrontos entre Suevos e Godos ocorridos nesse ano. Em alternativa é possível que tenha estado entre os Suevos que são executados a mando de Teodorico II (*ibid.*). Sucedendo a Heremigarius em 430, Massila teria sido sucessivamente *subregulus* de Hermerico, de Réquila e de Requiário. Com este último Massila estaria seguramente no auge do seu poder dentro do *Regnum Suevorum*, e assim se compreende a forma como Idácio identifica Maldras: é um dos filhos de Massila. Com isso estava tudo dito.

Muito provavelmente em Dezembro de 456 Maldras é eleito rei “pelos Suevos que ficaram na extremidade da Galécia”, a primeira das suas eleições. Esta dupla eleição de Maldras — tema tratado *en courant* pela maioria dos investigadores — vem confirmar a sobrevivência da figura do *subregulus* entre os Suevos peninsulares e, por analogia, identificar definitivamente o *Regnum Suevorum* com o *regnum* dos Quados ocidentais. Depois de termos estudado estes últimos, testemunhado a sua “transformação” em

Suevos ocidentais, acompanhado a sua viagem até à Península Ibérica e assistido à separação e posterior reunificação dos dois grupos que os compunham, temos agora a certeza de que os Suevos que elegem Maldras são os Quados. É a tribo do *subregulus* que, no âmbito da sua autonomia política, escolhe um novo rei para suceder ao recém-falecido Massila.

Contra a opinião de muitos investigadores, entendemos que a expressão “extremidade da Galécia” não designa o *conventus bracarenis* mas apenas a região que limita com a Lusitânia, muito provavelmente a região onde se instalam em 430 grande parte dos Quados, aquando da reunificação. Não faz qualquer sentido distinguir entre “Suevos do convento Lucense” e “Suevos do convento Bracarense”, como faz Orlandis (2003, p. 40), pelo simples facto de que os Suevos que se tinham instalado no *territorium* de Braga em 411 ainda aí permaneciam em 457. Se tivermos em conta que no “Reino de Tolosa” a área de assentamento dos Godos — cujo número mais que dobrava o dos Suevos em 415 (Liebeschuetz, 2002, p. 81) — nunca excedeu um raio de 100 km em redor da sua capital (Wolfram, 1990, p. 206), então muito dificilmente a área de assentamento dos Suevos excederia um raio de cinquenta quilómetros em redor de Braga. A presença sueva no *territorium* de Lugo é um fenómeno posterior a 457, tem razões políticas, surge provavelmente com a morte de Frantane e o não reconhecimento da realeza de Maldras e culmina com a conquista da cidade na Páscoa de 460.

Significativamente a eleição de Maldras é precedida pela traição de Agiulfo, que “deserta dos Godos e se instala na Galécia” (Id., *Chron.* 181; 182), o que nos permite admitir uma ligação entre os dois acontecimentos. Agiulfo, encarregado por Teodorico II de manter a ordem na Galécia (Díaz, 1987, p. 215), agindo em nome do Império e seguramente contando com o apoio dos Hispano-Romanos, dispunha de um poder considerável. Mais difícil se torna compreender a sua deserção. Jordanes diz que Agiulfo trai Teodorico “instigado por los suevos” (*ibid.*), e a verdade é que Idácio nos informa que ele “aspirava ao reino dos Suevos” [*Aiulfus dum regnum Suevorum spirat*] (Id., *Chron.* 180).

Torres (1977, p. 150), identificando este Agiulfo

com a personagem do mesmo nome que degola o conde Censório em Sevilha, designa-o como “el típico chaquetero, que anda al sol que más calienta”. Ambicioso e calculista, muito dificilmente Agiulfo deitaria a perder o poder que alcançara se não tivesse sólidas garantias de obter o trono dos Suevos. Instalado na fortaleza de Portucale, vizinho dos “Suevos que tinham ficado na extremidade da Galécia”, admitimos como possível que tivesse sido o filho de Massila a garantir-lhe o apoio político e militar que o decidem a mudar de campo. A circunstância de logo de seguida assistirmos à eleição de Maldras como rei dos Quados permite-nos igualmente admitir que a aliança entre os dois homens passaria pela manutenção da diarquia, onde Agiulfo se tornaria rei e Maldras seu *subregulus*. Não contou Agiulfo com a “habitual perfídia” dos Suevos. Jordanes informa-nos que quando “Teodorico envió tropas... Agiulfo es derrotado en la primera batalla, abandonado por los suyos, apresado y condenado a muerte” (Díaz, 1987, p. 215). Idácio *Chron.* 187 diz-nos simplesmente que morre em Portucale, em Junho de 457.

Com a morte de Agiulfo os Suevos dividem-se em duas facções [*partes*], sendo nomeados dois reis, Maldras e Frantane. Identificando estes dois homens, Torres (1977, p. 157) diz que “*deben de haber sido magnates, o nobles allegados a la corte del rey*”. Sabemos agora que não era assim. Maldras já era rei dos Quados aquando da segunda eleição que o torna também rei de uma parte dos *Baemi*. Frantane parece encabeçar os *Baemi* que não reconhecem o rei dos Quados como seu rei. O facto de ser reconhecido como rei leva-nos a admitir que fosse membro da *stirps regia* dos *Baemi*. A verdade é que depois da sua morte, ocorrida em 458, o novo líder deste grupo, Requirundo, nunca é designado como rei.

Díaz (1987, p. 218) diz que Requirundo era “*jefe de un grupo guerrero*”. Mais nos parece contudo, agora que correlacionámos os Suevos com os Quados ocidentais, estarmos em presença de um *iudex* — que como sabemos era a designação dada aos nobres entre os *Baemi*. Com Requirundo estariam outros *iudices* com os seus *comitati*. E serão estes *iudices* que se instalam com as suas famílias, os seus servidores e os seus exércitos privados no “convento lucense”, muito provavelmente depois

da morte de Frantane. Virão a conquistar Lugo em 460, matando o rector e “bastantes romanos” (Id., *Chron.*, 199).

Maldras é assassinado em finais de Fevereiro de 460, depois de um curto e pouco edificante reinado. É certo que conquista Lisboa [*Ulixippona*] e muito provavelmente as campanhas que os Godos empreendem na Bética em 458 e 459 (Id., *Chron.*, 192; 193) têm por objectivo barrarem-lhe a progressão para sul. Torres (1977, p. 160) diz que era um homem “*violento y forzado, astuto y bravucón, un coronado foragido de ambición insaciable*”. Talvez por isso não procure a convivência pacífica com os Hispanos-Romanos, sendo responsável pela “matança de Romanos” na Lusitânia e pela morte de “bastantes pessoas de nobre nascimento” na Galécia (Id., *Chron.*, 188; 196). Com o desaparecimento de Maldras irá desaparecer durante cinco anos a monarquia entre os Suevos. Muito provavelmente o filho de Massila não deixa herdeiros. O seu próprio irmão, possível sucessor, morre às suas mãos (Id., *Chron.*, 195), e assim o poder passará para as mãos de Frumário.

Tácito G. 7 informa-nos que entre os Germanos “os reis eram escolhidos pela nobreza, os comandantes pelo valor” [*Reges ex nobilitate, duces ex virtute sumunt*]. Maldras e Frumário personificam estas duas “fontes” do poder: o primeiro é escolhido ex *nobilitate*, o segundo é escolhido ex *virtute* (Idácio *Chron.*, 201 diz-nos claramente que Frumário “*tinha recebido o poder dos Suevos*”). Não sabemos se Frumário alguma vez ambicionou a realeza mas não nos custa admiti-lo, pois a rivalidade entre ele e Requirundo indicia uma vontade de unificar os Suevos sob a sua liderança (Id., *Chron.*, 203). Mas é a sua morte que irá criar condições para a reunificação dos Suevos. Em 465 Remismundo, muito provavelmente filho de Requirário e de uma irmã de Teodorico II (García, 2006, pp. 49–50), restabelece a monarquia.

As fontes históricas não nos informam se a diarquia sueva consegue sobreviver à *tyrannia* de Frumário, reganhar dinâmica durante o reinado de Remismundo e ultrapassar o período obscuro de quase um século em que quase nada sabemos sobre o reino suevo. Mas é inegável que Audeca, o nobre que em 584 depõe Eborico, tem o perfil de um *subregulus*. Sabemos que Audeca, antes

da sua usurpação, já dispunha de um grande poder dentro do reino, pois casara na família real, desposando uma filha de Miro (Bremmer Jr., 1995, p. 63). Assim, podemos identificar no século VI (tal como no século V) uma poderosa família lado a lado com a família real. Para caracterizar a família de Audeca poderíamos mesmo recorrer às palavras que Díaz (1987, p. 216) utiliza para caracterizar a de Maldras: “*una familia que se considera com derecho a detentar el título de rey*”. Os dois homens não se poderiam assemelhar mais: vêm de famílias poderosas, julgam-se com direito à realeza e defendem ferozmente os seus interesses (Audeca chega a casar com Siseguntia, a viúva do rei Miro, para se legitimar no trono) (Bremmer Jr., 1995, p. 63). Quando sabemos que em 583 o reino suevo caíra numa situação de dependência quase vassálica em relação ao reino visigodo (Orlandis, 2003, p. 79), e que o jovem rei Eborico, “filho adoptivo pelas armas” de Leovigildo (García, 2008, p. 169) era “de facto” *subregulus* do rei godo — empurrando Audeca para o fim da hierarquia — não deveremos entender a usurpação deste como a desesperada tentativa de um homem para salvar o estatuto real que está prestes a perder?

8. Conclusão

Os Quados ocidentais, cuja sociedade Amiano Marcelino vivamente descreve em 358, eram formados por dois grupos distintos, 1) os *Baemi*,

de origem marcomana, descendentes dos antigos seguidores de Maroboduus e de Catualda, e 2) uma tribo quada cujo rei se entregara à proteção do rei dos *Baemi* em meados do século IV, tornando-se seu *subregulus*. São estes Quados ocidentais os “misteriosos” Suevos que acompanham os Alanos e os Vândalos na invasão da Gália em 406/407 e da Hispânia em 409, aqui se instalando definitivamente em 411. Na península os dois grupos irão separar-se e fundar dois reinos independentes, os *Baemi* na Galécia e os Quados na Lusitânia, mas em 430 juntar-se-ão de novo, desta vez de forma definitiva. Objetivamente devemos considerar a fundação do *Regnum Suevorum* em 430, não em 411.

A relação entre o rei e o *subregulus* irá conhecer uma profunda transformação entretanto, e se antes da migração havia entre os dois reis uma relação proto-feudal, a partir de 430 e até ao fim do reino estaremos em presença de uma diarquia, onde não raras vezes o rei e o *subregulus* estão em campos opostos, com distintas estratégias políticas, como se torna flagrante por exemplo nos últimos anos do reinado de Requiário. Inquestionável segunda figura dentro do reino, gozando de total autonomia política sobre a sua tribo, o *subregulus* é de facto um co-monarca. E quando a dinastia reinante desaparecia ou se submetia a reis estrangeiros o *subregulus* tornava-se o “guardião” da *gens Suevorum*. É deste modo que devemos entender a segunda eleição de Maldras em 457 e a usurpação de Audeca em 584.

Bibliografia citada

- AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain (1978) - Aliança matrimonial e residência. In AUGÉ, Marc, ed. - *Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência*. Lisboa: Edições 70.
- ALARCÃO, Jorge de (1998) - Ainda sobre a localização dos *populi* do *Conventus Bracaraugustanus*. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 9, pp. 51–57.
- BACHRACH, Bernard S. (1972) - *Mеровingian military organization, 481–751*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- BACHRACH, Bernard S. (1973) - *A history of the Alans in the West: from their first appearance in the sources of classical antiquity through the early Middle Ages*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- BANG, Martin (1957) - Expansion of the Teutons (to A.D. 378). In *The Cambridge medieval history. Vol. I: The Christian Roman Empire and the Foundation of the Teutonic Kingdoms*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 183–217.
- BERNÁRDEZ VILAR, Xoán, ed. (2004) - Idacio Lémico: *Chronica*. In *Cadernos Ramón Piñeiro, VI*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- BERNARDI, Bernardo (1982) - *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa: Edições 70.
- BIRLEY, Anthony (2000) - *Marcus Aurelius*. 2nd ed. Abingdon: Routledge.
- BLOIS, Lukas de (1976) - *The policy of the emperor Gallienus*. Leiden: Brill.

- BOSTOCK, John Knight (1976) - *A handbook on Old High German literature*. 2nd ed. Revised by K. C. King and D. R. McLintock. Oxford: Clarendon.
- BRADLEY, Henry (1890) - *The Goths: from the earliest times to the end of the gothic dominion in Spain*. London: T. Fisher Unwin.
- BREMMER Jr., Rolf H. (1995) - Widows in anglo-saxon England. In BREMMER, Jan; VAN DEN BOSCH, Lourens, eds. – *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, pp. 58–88.
- BURNS, Thomas S. (1994) - *Barbarians within the gates of Rome: a study of Roman military policy and the barbarians, ca. 375–425. A.D.* Bloomington: Indiana University Press.
- BURNS, Thomas S. (2002) - The settlement of 418. In DRINKWATER, John; ELTON, Hugh, eds. - *Fifth-Century Gaul: a crisis of identity?* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 247–279.
- BURY, John Bagwell (2008) - *A History of the Later Roman Empire from Arcadius to Irene, Vol. 1*. New York: Elibron Classics/Cosimo.
- CAMPBELL, Duncan B. (2006) - *Roman legionary fortresses 27 BC–AD 378*. Oxford: Osprey.
- CASTLEDEN, Rodney (2000) - *King Arthur: the truth behind the legend*. London: Routledge.
- CLARKE, Mary Gavin (1911) - *Sidelights on Teutonic history during the Migration Period*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CUSACK, Carole M. (1999) - *The rise of Christianity in northern Europe, 300–1000*. London: Cassel.
- DELBRÜCK, Hans (1990) - *History of the Art of War, Vol. II: The barbarian invasions*. Lincoln, NE: Bison Books/University of Nebraska Press.
- DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. (1987) - La monarquía sueva en el siglo V. Aspectos políticos y prosopográficos. *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 4–5, pp. 205–226.
- DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. (2000) - El reino suevo de Hispania y su sede en Bracara. In RIPOLL LÓPEZ, Gisela; GURT ESPARRAGUERA, Josep Maria, eds. - *Sedes Regiae (ann. 400-800)*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres, pp. 403–423.
- DRINKWATER, John F. (2007) - *The Alamanni and Rome 213–496 (Caracalla to Clovis)*. Oxford: Oxford University Press.
- DUMVILLE, David N. (2003) - The terminology of overkingship in early anglo-saxon England. In HINES, John, ed. - *The Anglo-Saxons from the Migration period to the eighth century: an ethnographic perspective*. Woodbridge: Boydell Press, pp. 345–365.
- FERREIRO, Alberto (1998) - Sueves and Martin of Braga: historiography and future research projects. In KOLLER, Erwin; LAITENBERGER, Hugo, eds. – *Suevos – Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411–585). Interdisziplinäres Kolloquium, Braga 1996*. Tübingen: Narr, pp. 37–62.
- FOLZ, Robert (1974) - *The coronation of Charlemagne*. London: Routledge.
- FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, Edward E. (1981) - Introdução. In *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FROST, Everett L.; HOEBEL, Edward Adamson (2006) - *Antropologia cultural e social*. 8^o. Ed. São Paulo: Editora Cultrix.
- GARCÍA MORENO, Luis Agustín (2006) - La Iglesia y el cristianismo en la Gallaecia de época sueva. In *Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía*. Murcia: Universidad (Antigüedad y Cristianismo; 23), pp. 39–55.
- GARCÍA MORENO, Luis Agustín (1997) - La conversion des Suèves au catholicisme et à l'arianisme. In ROUCHE, Michel, ed. - *Clovis: Le baptême de Clóvis, son écho à travers l'histoire*. Paris: Université de Paris-Sorbonne, pp. 199–216.
- GARCÍA MORENO, Luis Agustín (2008) - *Leovigildo: unidad y diversidad de um reinado*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- GENITO, Bruno (2006) - From the Scythians to the Achaemenids: a nomadic alternative. In PANAINO, Antonio; PIRAS, Andrea, eds. - *Proceedings of the 5th Conference of the Societas Iranologica Europaea: held in Ravenna, 6–11 October 2003. Vol. I – Ancient & Middle Iranian Studies*. Milano: Mimesis, pp. 71–100.
- GILLET, Andrew (1995) - The birth of Ricimer. *Historia*. Stuttgart. 44:3, pp. 380–384.
- GOFFART, Walter A. (2006) - *Barbarian tides: the Migration Age and the Later Roman Empire*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- GOLDSTEIN, Joshua S. (2001) - *War and gender: how gender shapes the war system and vice versa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEATHER, Peter (1995) - The Huns and the End of the Roman Empire in Western Europe. *The English Historical Review*. Oxford. 110:435, pp. 4–41.
- HEATHER, Peter (1998) - *The Goths*. Malden: Blackwell Publishing.
- HILDINGER, Erik (1997) – *Warriors of the Steppe: A military history of Central Asia, 500 BC to 1700 AD*. Cambridge: Da Capo Press.
- HUMMER, Hans J. (1998a) - Franks and Alamanni: a discontinuous ethnogenesis. In WOOD, Ian, ed. - *Franks and Alamanni in the Merovingian period: an ethnographic perspective*. Woodbridge: Boydell & Brewer, pp. 9–21.

- HUMMER, Hans J. (1998b) - The fluidity of barbarian identity: the ethnogenesis of Alemanni and Suebi, AD 200–500. *Early Medieval Europe*. Oxford. 7:1 pp. 1–27.
- IDACIO LÉMICO (2004) - Chronica. In BERNÁRDEZ VILAR, Xoán, ed. - *Cadernos Ramón Piñeiro, VI*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- JOHNSON, Harry M. (1960) - *Sociology: a systematic introduction*. New Delhi: Allied Publishers
- KOVÁCS, Péter (2009) - *Marcus Aurelius' rain miracle and the Marcomannic wars*. Leiden: Brill.
- KULIKOWSKI, Michael (2007) - *Rome's Gothic Wars: From the third century to Alaric*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAITENBERGER, Hugo (1998) - Prefácio. In KOLLER, Erwin; LAITENBERGER, Hugo, eds. *Suevos – Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411–585). Interdisziplinäres Kolloquium, Braga 1996*. Tübingen: Narr, pp. XX–XXVIII.
- LIEBESCHUETZ, John Hugo Wolfgang Gideon (2002) - Alaric's Goths: nation or army? In DRINKWATER, John; ELTON, Hugh, eds. - *Fifth-Century Gaul: a crisis of identity?* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 75–83.
- LIEBESCHUETZ, John Hugo Wolfgang Gideon (2003) - Gens into regnum: the Vandals. In GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jorg; POHL, Walter, eds. *Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world*. Leiden: Brill, pp. 55–83.
- LOT, Ferdinand (1947) - *La Gaule: Les fondements ethniques, sociaux et politiques de la nation française*. Paris: Librairie Arthème Fayard. (Un document produit en version numérique par Jean-Marc Simonet).
- MARIE, Alain (1978) - Relações de parentesco e relações de produção nas sociedades de linhagem. In POUILLON, François, ed. - *A Antropologia Económica: Correntes e problemas*. Lisboa: Edições 70, pp. 151–202.
- MARIEZKURRENA, Salvador I. (2002) - "Regnum destrutum et finitum est suevorum": la campaña gótica en la Península Ibérica del año 456/457. *Polis*. Madrid. 14, pp. 177–195.
- MARTINIÈRE, Antoine Augustin B. de la (1732) - *Le grand dictionnaire géographique et critique*. La Haye: Van Lom & De Hondt.
- MCKITTERICK, Rosamond (2008) - *Charlemagne: the formation of a European identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MELYUKOVA, Anna I. (1990) - The Scythians and Sarmatians. In SINOR, Denis, ed. - *The Cambridge history of early Inner Asia*, Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- MERRILLS, Andrew; MILES, Richard (2010) - *The Vandals*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- MINNS, Ellis Hovell (2010) - *Scythians and Greeks: A Survey of Ancient History and Archaeology on the North Coast of the Euxine from the Danube to the Caucasus*. Cambridge: Cambridge University Press (First published in 1913).
- MITCHELL, Stephen (2007) - *A History of the Later Roman Empire, AD 284–641: the transformation of the ancient world*. Oxford: Blackwell Publishing.
- MÓCSY, András (1974) - *Pannonia and Upper Moesia: a history of the middle Danube provinces of the Roman Empire*. London: Routledge.
- MOJTAHED-ZADEH, Pirouz (2006) - The concept of boundary and its origin in the Ancient Persian tradition. In *Boundary politics and international boundaries of Iran: A study of the origin, evolution, and implications of the boundaries of modern Iran with its 15 neighbors in the Middle East, the Persian Gulf, the Caucasus, the Caspian Sea, Central Asia, and West Asia*. Boca Raton, FL: Universal Publishers, pp. 13–27.
- OLIVER, Kelly (1998) - *Subjectivity without subjects: from abject fathers to desiring mothers*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- ORLANDIS, José (2003) - *Historia del reino visigodo español: los acontecimientos, las instituciones, la sociedad, los protagonistas*. 2.ª ed. Madrid: Ediciones Rialp.
- PHILIPS, Eustace Dockray (1970) - *Os povos nómadas das estepes*. Lisboa: Editorial Verbo.
- PITTS, Lynn F. (1987) - Roman style buildings in Barbaricum (Moravia and SW Slovakia). *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 6:2, pp. 219–236.
- PITTS, Lynn F. (1989) - Relations between Rome and the German 'Kings' on the Middle Danube in the First to Fourth Centuries A.D. *The Journal of Roman Studies*. London. 79, pp. 45–58.
- POHL, Walter (2004) - The Vandals: Fragments of a Narrative. In MERRILLS, Andrew, ed. - *Vandals, Romans and Berbers: new perspectives on late antique North Africa*. Aldershot: Ashgate Publishing.
- ROEDEL, Leila Rodrigues (2004) - O direito sucessório nas monarquias germânicas: um estudo de caso. In STEIN, Ernildo, ed. - *A cidade de Deus e a cidade dos homens: de Agostinho a Vico*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SANTOS YANGUAS, Narciso (1976) - *Los pueblos germánicos en la segunda mitad del siglo IV d.C.* Oviedo: Universidad.
- ŠKVARNA, Dušan; BARTL, Július; ČIČAJ, Viliam; KOHÚTOVÁ, Mária; LETZ, Róbert; SEGEŠ, Vladimír (2002) - *Slovak history: chronology & lexicon*. Bratislava: Bolchazy-Carducci Publishers.
- SPEIDEL, Michael P. (2006) - Gallienus and the Marcomanni. In JOHNE, Klaus-Peter; GERHARDT, Thomas; HARTMANN, Udo, eds. - *Deleto paene imperio Romano: Transformationsprozesse des Römischen Reiches im 3. Jahrhundert und ihre Rezeption in der Neuzeit*. Stuttgart: Steiner, pp. 73–78.

- SUMRULD, William A. (1994) - *Augustine and the Arians: the Bishop of Hippo's encounters with Ulfilan Arianism*. Cranbury: Associated University Press.
- THOMPSON, Edward Arthur (2002) - *Romans and barbarians: the decline of the Western Empire*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- THORNTON, Robinson (1879) - *St. Ambrose: His Life, Times, and Teaching*. London: Society for promoting Christian knowledge.
- TODD, Malcolm (1995) - *The early Germans*. Malden: Blackwell.
- TORRES RODRÍGUEZ, Casimiro (1977) - *El Reino de los Suevos (Galicia Sueva)*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- TRANOY, Alain (1974) - *Hydace, Chronique. II*. In TRANOY, Alain, ed. Paris: Les Éditions du Cerf.
- WILKES, John Joseph (1996) - The Danubian and Balkan provinces. In *The Augustan Empire, 43 BC. – AD 69*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- WOLFRAM, Herwig (1990) - *History of the Goths*. 2nd ed. Berkeley; Los Angeles, CA: University of California Press.
- WOLFRAM, Herwig (1997) - *The Roman Empire and its Germanic Peoples*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- YONGE, Charles Duke (1862) - *The Roman history of Ammianus Marcellinus during the reigns of the emperors Constantius, Julian, Jovianus, Valentinian, and Valens*. London: Henry G. Bohn (Translated by C. D. Yonge with a general index).